

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br

UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2018, seguindo sua trajetória de superação de desafios e entrega de resultados, a Fibria concluiu com sucesso, em maio, a curva de aprendizagem da nova linha de produção de celulose Horizonte 2. Ao cumprir o cronograma de nove meses previsto pela Companhia, o projeto tornou-se referência mundial no setor de papel e celulose.

Outro avanço importante na competitividade estrutural da Companhia foi dado a partir da celebração de um contrato de longo prazo de prestação de serviços de operação logística portuária para a movimentação de celulose, sob condição *take-or-pay*, com a Embraport. A empresa, que adotou a marca DP World Santos, opera um terminal de uso privado (TUP) situado na margem esquerda do Estuário de Santos, onde iniciou a construção de uma instalação logística portuária destinada à armazenagem, movimentação e embarque de celulose.

A operação, que visa garantir maior eficiência nas exportações via Santos no longo prazo, representou uma inovação para o setor de papel e celulose no Brasil ao viabilizar a operação logística em navios do tipo *breakbulk* na margem esquerda do Porto de Santos. A conclusão das obras do novo armazém e das demais estruturas logístico-portuárias está prevista para ocorrer em 2020.

O marco de maior relevância no ano, contudo, coube à transação com a Suzano. No dia 15 de março, os Acionistas Controladores da Fibria e da Suzano Papel e Celulose acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias das duas Companhias, mediante a realização de reorganização societária. O Conselho de Administração da Fibria aprovou sua adesão ao Compromisso em 27 de março.

Sujeita ao cumprimento de condições suspensivas, incluindo a aprovação por órgãos antitruste, a transação obteve êxito em todas as esferas de aprovação, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de agosto e, em 13 de setembro, pelos acionistas da Fibria em Assembleia Geral Extraordinária. Em 29 de novembro, após cumprida a última condição suspensiva que correspondeu à aprovação da reorganização societária pela autoridade concorrential da Europa, foi anunciada ao mercado a data de consumação da operação, prevista para 14 de janeiro de 2019. Conseqüência desse movimento, a negociação das ações da Fibria na B3 e NYSE foi encerrada no dia 03 de janeiro de 2019.

Em paralelo aos trâmites referentes ao processo de fusão com a Suzano Papel e Celulose, a Fibria apresentou resultados operacionais e financeiros marcados por destaques positivos ao longo do ano. A receita líquida totalizou R\$ 18,264 bilhões em 2018, 56% acima do reportado no ano anterior, variação justificada por um preço médio líquido em dólar 25% superior ao ano anterior, pela apreciação de 14% do dólar frente ao real e pelo aumento de 9% no volume vendido.

O cenário positivo do preço da celulose e o maior volume de vendas, além da apreciação do dólar frente ao real, levaram o EBITDA Ajustado a atingir R\$ 9,547 bilhões (margem de 58%, excluindo os volumes do contrato da Klabin), 93% superior ao registrado em 2017. A Companhia encerrou o ano com um lucro líquido de R\$ 3,1 bilhões. Como resultado da forte geração de caixa apresentada pela Companhia, foi possível o pagamento de R\$ 2,8 bilhões em dividendos extraordinários no período.

A Fibria também manteve o Grau de Investimento pelas agências Standard & Poor's e Fitch ao longo de todo o ciclo de investimento da nova linha de produção de celulose Horizonte 2, atestando sua robusta condição financeira e a qualidade do seu risco de crédito. Em 2018, a Companhia reduziu a alavancagem, medida pela relação dívida líquida/EBITDA em dólar, de 2,4x para 1,4x, evidenciando a forte capacidade de geração de caixa.

Ao chegar ao final de 2018 com a entrega de sólidos resultados, coube à Companhia preparar-se de forma diligente e colaborativa para uma nova jornada que marcou o início da transição para um novo ciclo de geração de valor, decorrente da transação com a Suzano Papel e Celulose e posterior criação da Suzano.

A Diretoria.

#### ANÁLISE DE DESEMPENHO

Em 2018, a produção de celulose da Fibria totalizou 7,6 milhões de toneladas, um aumento de 20% comparativamente ao ano anterior em função, principalmente, da entrada em operação da nova linha de produção de celulose Horizonte 2.

O volume de vendas de celulose totalizou 6,8 milhões de toneladas, alta de 9% em relação ao ano anterior. O maior volume é justificado, principalmente, pela estabilização da curva de aprendizagem da nova linha de produção de celulose Horizonte 2. Essa elevação foi parcialmente compensada pela opção da Fibria de diminuir os volumes de venda para a Ásia no 4T18 diante da pressão da China sobre os preços.

Quanto à distribuição de vendas por uso final, o segmento de Papéis Sanitários representou 54% do total das vendas em 2018, seguido por Imprimir e Escrever, com 32%, e Papéis Especiais, com 15%. Devido ao maior volume produzido, em função da nova linha de produção de celulose Horizonte 2, com concentração de vendas advindas deste volume para o mercado asiático, a Ásia passou a ter maior participação na receita por região, representando 40% do total, seguida pela Europa, com 33%, América do Norte, com 17%, e o Brasil e demais países da América do Sul, com 10%.

A receita operacional líquida da Fibria totalizou R\$ 18,3 bilhões, 56% superior à registrada em 2017, em função do aumento de 25% no preço médio líquido em dólar, da apreciação de 14% do dólar frente ao Real e do aumento de 9% no volume vendido.

O custo do produto vendido (CPV) totalizou R\$ 9,9 bilhões, um aumento de 20% em relação a 2017, em função principalmente do maior volume comercializado pela Fibria e do maior custo logístico, resultado do aumento dos volumes de venda para a Ásia, da valorização do Dólar médio frente ao Real de 12% e do maior volume de vendas de celulose produzida em Horizonte 2. Este último fator é explicado pelo fato de a nova linha de produção estar localizada mais no interior do País quando comparada às demais fábricas (maior distância média até o porto).

As despesas com vendas totalizaram R\$ 813 milhões, um aumento de 49% em relação ao ano anterior. Essa alta é explicada principalmente pelo (i) crescimento do volume vendido, em função da nova linha de produção Horizonte 2; e (ii) pelo mix de vendas, dado o maior volume de escoamento de celulose da linha Horizonte 2, que possui custos mais altos que a média das outras unidades.

As despesas administrativas somaram R\$ 392 milhões, apresentando um acréscimo de 37% em relação a 2017. Esse resultado é decorrente, sobretudo, de maiores gastos com serviços de consultoria relacionados à transação com a Suzano e de salários e encargos.

E as outras despesas operacionais totalizaram R\$ 434 milhões, uma elevação de 28% quando comparada com 2017. A variação é explicada majoritariamente por: (i) maiores gastos com remuneração variável, por sua vez impactados pela obrigação decorrente da transação com a Suzano; e (ii) pelo aumento de contingências e baixa de ativos, parcialmente compensados pela menor despesa resultante da reavaliação dos ativos biológicos.

Em 2018, o EBITDA ajustado da Fibria foi de R\$ 9,5 bilhões (margem de 58%, excluindo os volumes do contrato da Klabin), 93% superior ao registrado no ano anterior. O aumento no preço da celulose em dólar e no volume de vendas e a apreciação do Dólar frente ao Real explicam esse desempenho, que foi parcialmente compensado pelos aumentos no custo da celulose base caixa e nos custos logísticos. É importante lembrar que a operação com a Klabin não tem impacto sobre o EBITDA.

O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$ 2,9 bilhões, comparado a uma despesa líquida de R\$ 783 milhões em 2017. Essa variação deveu-se, principalmente, ao efeito da variação cambial na parcela do endividamento da Companhia atrelada ao Dólar (que no período teve valorização de 17,1% frente ao Real) e ao resultado negativo da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos em 2018, quando comparado com um resultado positivo em 2017.

Como consequência, a Fibria registrou lucro líquido de R\$ 3,1 bilhões em 2018, aumento de 180% comparativamente ao apresentado em 2017. Os dividendos pagos em 2018 totalizaram R\$ 3,046 bilhões, sendo R\$ 260 milhões a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 2,786 bilhões em dividendos extraordinários, esse último como resultado da forte geração de caixa apresentada pela Companhia no ano.

#### INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2018, os investimentos de capital (CAPEX) da Fibria totalizaram R\$ 3,916 bilhões, representando uma redução de 16% em relação a 2017, em função principalmente da redução dos investimentos relacionados ao Projeto Horizonte 2, parcialmente compensada pelos maiores gastos com compra de terras, manutenção e logística de celulose.

#### GESTÃO DO ENVIDAMENTO

No ano de 2018, a Fibria recomprou e cancelou 100% dos títulos em aberto relativos ao Bond "Voto IV", no montante de R\$ 357 milhões, e liquidou antecipadamente R\$ 909 milhões de contratos de dívida junto ao BNDES e R\$ 147 milhões junto ao Banco do Nordeste, cujas taxas eram consideradas pouco atrativas.

A Companhia obteve anuidade prévia dos titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") de sete das nove séries vigentes para a implementação da operação de reorganização societária envolvendo a Companhia e a Suzano, mediante o pagamento de prêmio, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da efetiva implementação da Reorganização Societária, de 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor nominal atualizado das respectivas séries nas datas das Assembleias Gerais de titulares de CRAs ("AGCs"), a todos os titulares de CRAs das séries aprovadas. O pagamento do prêmio resultará no montante total de R\$ 17 milhões.

A Fibria chegou ao final de 2018 com uma sólida posição financeira. O caixa da Companhia, incluindo a marcação a mercado dos instrumentos de hedge, ficou positiva em R\$ 263 milhões, totalizando R\$ 6.547 milhões. Excluindo o efeito da marcação a mercado do hedge na posição de caixa, 75% dos recursos estavam aplicados em moeda local, em títulos públicos e de renda fixa. O restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior.

A empresa possui também uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) não utilizada no valor de R\$ 1 bilhão. Tais recursos, apesar de não utilizados, contribuem para melhorar as condições de liquidez da Companhia que, quando somados ao caixa de R\$ 6.547 milhões, totalizam uma posição de liquidez imediata de R\$ 7.547 milhões. Com isso, a relação entre a posição de liquidez e a dívida de curto prazo ficou em 2,5x em 31 de dezembro de 2018.

A dívida bruta, por sua vez, encerrou 2018 em R\$ 20.667 milhões, correspondente a US\$ 5.334 milhões, que representa uma redução de 9% em dólar quando comparada ao saldo de 2017, como resultado das liquidações ocorridas no período. A Fibria fechou o ano com dívida líquida de R\$ 14.120 milhões. O prazo médio total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de 52 meses e o custo médio total da dívida medido em dólar, considerando a dívida em reais ajustada pela curva de mercado, era de 4,25% a.a.

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9).....	194.112	465.148	1.794.900	4.051.717
Títulos e valores mobiliários (Nota 10).....	4.278.556	2.589.515	4.315.992	2.619.424
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11).....	210.852	124.340	210.852	124.340
Contas a receber de clientes (Nota 12).....	2.629.382	1.565.557	1.325.323	1.193.157
Estoques (Nota 13).....	1.426.523	1.232.986	4.008.406	2.080.403
Impostos a recuperar (Nota 14).....	196.657	213.450	260.832	272.623
Dividendos a receber.....	1.908	2.063		
Outros ativos.....	187.841	172.425	211.426	188.497
	<b>9.125.831</b>	<b>6.365.484</b>	<b>12.127.731</b>	<b>10.530.161</b>
<b>Não circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários (Nota 10).....	172.891	162.254	172.891	162.254
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11).....	455.325	323.952	455.325	323.952
Partes relacionadas (Nota 16).....			9.924	
Impostos a recuperar (Nota 14).....	1.149.010	1.793.679	1.224.163	1.868.294
Adiantamentos a fornecedores (Nota 22).....	587.253	578.540	662.006	645.460
Depósitos judiciais.....	191.436	160.082	210.313	180.883
Impostos diferidos (Nota 15).....	761.443	706.512	820.567	752.545
Outros ativos.....	102.947	111.794	227.166	119.945
Investimentos (Nota 17).....	8.610.739	6.238.057	200.381	152.905
Ativos biológicos (Nota 18).....	4.246.532	3.930.154	4.579.526	4.253.008
Imobilizado (Nota 19).....	14.557.311	13.979.360	15.599.449	15.101.738
Intangível (Nota 20).....	4.354.307	4.407.831	4.539.131	4.592.262
	<b>35.189.194</b>	<b>32.392.215</b>	<b>28.690.918</b>	<b>28.163.170</b>
<b>Total do ativo.....</b>	<b>44.315.025</b>	<b>38.757.699</b>	<b>40.818.649</b>	<b>38.693.331</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 23).....	1.632.189	1.577.313	3.076.325	1.692.905
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11).....	276.407	151.571	276.407	151.571
Contas a pagar aos fornecedores (Nota 24).....	933.055	1.545.476	3.533.503	3.110.462
Salários e encargos sociais.....	367.244	181.351	401.751	201.949
Impostos e taxas a recolher.....	44.229	151.821	128.994	246.388
Partes relacionadas (Nota 16).....	698.002	1.884.252		
Dividendos a pagar.....	728.910	259.649	730.743	261.567
Demais contas a pagar.....	781.639	300.811	150.957	124.965
	<b>5.461.675</b>	<b>6.052.244</b>	<b>8.298.680</b>	<b>5.789.807</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 23).....	8.180.549	8.721.544	17.590.771	17.605.658
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11).....	126.285	162.519	126.285	162.519
Partes relacionadas (Nota 16).....	15.844.737	8.781.005		
Provisão para contingências, líquida (Nota 25).....	190.514	148.949	211.294	165.944
Demais contas a pagar.....	362.262	314.275	368.775	319.474
	<b>24.704.347</b>	<b>18.128.292</b>	<b>18.297.125</b>	<b>18.253.595</b>
<b>Total do passivo.....</b>	<b>30.166.022</b>	<b>24.180.536</b>	<b>26.595.805</b>	<b>24.043.402</b>
<b>Patrimônio líquido (Nota 29)</b>				
Capital social.....	9.729.006	9.729.006	9.729.006	9.729.006
Reserva de capital.....	14.190	13.361	14.190	13.361
Ações em tesouraria.....		(23.086)		(23.086)
Ajuste de avaliação patrimonial.....	1.619.200	1.608.867	1.619.200	1.608.867
Reservas de lucros.....	2.786.607	3.249.015	2.786.607	3.249.015
<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas.....</b>	<b>14.149.003</b>	<b>14.577.163</b>	<b>14.149.003</b>	<b>14.577.163</b>
Participação de não controladores.....		73.841		72.766
<b>Total do patrimônio líquido.....</b>	<b>14.149.003</b>	<b>14.577.163</b>	<b>14.222.844</b>	<b>14.649.929</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>	<b>44.315.025</b>	<b>38.757.699</b>	<b>40.818.649</b>	<b>38.693.331</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....</b>				
	3.728.430	1.389.409	3.815.515	1.535.449
<b>Ajustes por</b>				
Depreciação, exaustão e amortização (Nota 34).....	2.507.475	1.340.810	2.534.210	2.149.305
Exaustão de madeira proveniente de operações de fomento (Nota 22).....	102.463	55.692	102.463	55.692
Variação cambial e monetária, líquida (Nota 33).....	1.850.687	230.315	1.744.504	277.058
Valor justo de contratos derivativos.....	87.093	(231.420)	87.093	(237.561)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 17(a)).....	(5.439.029)	(2.254.299)	(570)	(49)
Perda na alienação de imobilizado e biológico, líquido (Nota 34).....	106.173	21.556	108.435	35.782
Ganho na alienação de investimentos - Projeto Losango.....		(61.648)		(61.648)
Apropriação de juros sobre títulos e valores mobiliários.....	(224.098)	(189.763)	(226.015)	(273.379)
Apropriação de juros sobre financiamento.....	640.159	526.106	1.127.567	966.598
Variação no valor justo de ativos biológicos (Nota 34).....	(10.908)	272.062	(26.778)	326.349
Provisão para perda de créditos do ICMS, líquida (Nota 14).....	101.413	123.654	109.215	114.383
Benefícios fiscais.....		(3.098)		(1.593)
Programa de outorga de ações.....	1.467	3.090	1.467	3.090
Amortização de custo de captação e outros	23.701	30.821	46.466	76.070
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>				
Contas a receber de clientes.....	(896.803)	1.534.179	13.112	(512.529)
Estoques.....	8.205	(97.047)	(1.506.110)	(107.639)
Impostos a recuperar.....	570.150	(259.949)	564.165	(386.012)
Outros ativos.....	(13.573)	(376)	(126.914)	(122.848)
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>				
Fornecedores.....	(588.925)	64.708	167.073	1.195.197
Impostos e taxas a recolher.....	(845.039)	(198.930)	(879.506)	(200.423)
Salários e encargos sociais.....	185.893	14.204	199.802	33.892
Partes relacionadas.....	4.100.406	(683.984)		
Outros passivos.....	483.389	84.977	29.500	50.336
<b>Caixa proveniente das operações.....</b>	<b>6.478.729</b>	<b>1.711.069</b>	<b>7.883.101</b>	<b>4.912.371</b>
Juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários.....	191.962	156.956	193.719	275.362
Juros pagos sobre financiamentos.....	(686.466)	(567.110)	(1.135.342)	(1.046.117)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....			(67.787)	(35.855)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais.....</b>	<b>5.984.225</b>	<b>1.300.915</b>	<b>6.873.691</b>	<b>4.105.761</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisições de imobilizado e intangível e adições de florestas.....	(3.630.282)	(1.428.354)	(3.801.990)	(4.636.308)
Adiantamentos para aquisição de madeira de operações de fomento (Nota 22).....	(106.154)	(10.922)	(113.987)	(36.388)
Caixa recebido na venda de investimento - Projeto Losango (Nota 1(b)).....		201.999		201.999
Títulos e valores mobiliários, líquidos.....	(1.667.541)	(1.753.763)	(1.674.910)	(744.814)
Pagamento decorrente de aquisição de investimento - Spinnova (Nota 17(c)).....		(18.633)		(18.633)
Aumento de capital em investidas, coligadas e controladas (Nota 17(c)).....	(40.646)	(13.130)	(2.963)	
Aquisição adicional de investimento - Ensyn (Nota 17(b)).....	(18.755)		(18.755)	
Efeito caixa relativo à venda de ativo imobilizado.....	15.438	23.502	15.518	26.658
Contratos de derivativos liquidados (Nota 11(c)).....	(216.377)	121.770	(216.377)	121.770
Dividendos recebidos.....	3.186.240	1.296.663		
Efeito caixa incorporação Fibria-MS.....		108.549		
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos.....</b>	<b>(2.478.077)</b>	<b>(1.472.319)</b>	<b>(5.813.464)</b>	<b>(5.085.716)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Captações de empréstimos e financiamentos (Nota 23).....	787.158	1.243.071	1.343.753	8.498.973
Liquidação de empréstimos e financiamentos - principal (Nota 23).....	(1.532.464)	(1.507.514)	(1.921.910)	(5.710.288)
Recuperação de ações.....		(17.046)		(17.046)
Exercício de plano de outorga de ações.....	10.781	3.259	10.781	

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita (Nota 32)	11.269.787	5.087.710	18.264.486	11.739.153
Custos dos produtos vendidos (Nota 34)	(8.557.840)	(4.469.864)	(9.904.437)	(8.248.416)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.712.147</b>	<b>617.846</b>	<b>8.360.049</b>	<b>3.490.737</b>
Despesas com vendas (Nota 34)	(498.053)	(144.910)	(812.768)	(547.232)
Despesas administrativas (Nota 34)	(325.541)	(216.628)	(392.103)	(285.707)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 17)	5.439.029	2.254.299	570	49
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 34)	(423.808)	(291.432)	(434.380)	(339.713)
	4.191.627	1.601.329	1.638.681	1.172.603
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>6.903.774</b>	<b>2.219.175</b>	<b>6.721.368</b>	<b>2.318.134</b>
Receitas financeiras (Nota 33)	304.032	287.842	365.411	419.429
Despesas financeiras (Nota 33)	(1.541.596)	(1.118.713)	(1.439.667)	(1.162.617)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos (Nota 33)	(87.093)	231.420	(87.093)	237.561
Variações monetárias e cambiais, líquidas (Nota 33)	(1.850.687)	(230.315)	(1.744.504)	(277.058)
	3.175.344	(829.766)	(2.905.853)	(782.685)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro</b>	<b>3.728.430</b>	<b>1.389.409</b>	<b>3.815.515</b>	<b>1.535.449</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente (Nota 15 (b))	(792.108)	(143.358)	(884.573)	(315.865)
Diferido (Nota 15 (b))	115.583	(160.786)	128.679	(126.240)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.051.905</b>	<b>1.085.265</b>	<b>3.059.621</b>	<b>1.093.344</b>
<b>Atribuível aos</b>				
Acionistas da Companhia				
Lucro líquido do exercício			3.051.905	1.085.265
Acionistas não controladores			7.716	8.079
Lucro líquido do exercício			3.059.621	1.093.344
Lucro básico por ação (Nota 36)	5,52	1,96	5,52	1,96
Lucro diluído por ação (Nota 36)	5,52	1,96	5,52	1,96

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.051.905</b>	<b>1.085.265</b>	<b>3.059.621</b>	<b>1.093.344</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Ganhos/(perdas) atuariais de plano de benefício definido (Nota 30 (c))	(5.922)	11.481	(5.922)	11.481
Efeito reflexo das perdas atuariais de plano de benefício definido da investida - Veracel (Nota 30 (c))	(791)	(1.386)	(791)	(1.386)
	(6.713)	10.095	(6.713)	10.095
Efeito tributário dos itens acima	(4.431)	6.662	(4.431)	6.662
Varição cambial sobre os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	18.566	1.566	18.566	1.566
Ensyn Corporation ("Ensyn")	1.454	1.106	1.454	1.106
CelluForce Inc. ("CelluForce")	2.349	1.213	2.349	1.213
Spinnova Oy ("Spinnova")	22.369	3.885	22.369	3.885
	(7.605)	(1.320)	(7.605)	(1.320)
Efeito tributário dos itens acima	14.764	2.565	14.764	2.565
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>	<b>10.333</b>	<b>9.227</b>	<b>10.333</b>	<b>9.227</b>
<b>Total de ganhos no resultado abrangente do exercício</b>	<b>3.062.238</b>	<b>1.094.492</b>	<b>3.069.954</b>	<b>1.102.571</b>
<b>Atribuível aos</b>				
Acionistas da Companhia				
Lucro líquido do exercício			3.062.238	1.094.492
Acionistas não controladores			7.716	8.079
Lucro líquido do exercício			3.069.954	1.102.571

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Venda bruta de produtos e serviços (menos devoluções de vendas)	11.660.483	5.184.251	18.667.392	12.006.228
Reversão (provisão) para deterioração de créditos a receber (Nota 12 (b))	411	325	411	325
Receitas na venda de ativos imobilizados e biológico, créditos fiscais e outras	2.389.863	1.076.841	2.186.224	3.191.739
	14.050.757	6.261.417	20.854.027	15.198.292
<b>Insunhos adquiridos de terceiros</b>				
Custo dos produtos e serviços vendidos (inclui matérias-primas)	(7.434.033)	(3.909.216)	(8.408.591)	(8.449.466)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(643.173)	(242.639)	(956.233)	(647.354)
	(8.077.206)	(4.151.855)	(9.364.824)	(9.096.820)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>5.973.551</b>	<b>2.109.562</b>	<b>11.489.203</b>	<b>6.101.472</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(2.507.475)	(1.340.810)	(2.534.210)	(2.149.305)
Exaustão de madeira proveniente de operações de fomento	(102.463)	(55.692)	(102.463)	(55.692)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>3.363.613</b>	<b>713.060</b>	<b>8.852.530</b>	<b>3.896.475</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	5.439.029	2.254.299	570	49
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	1.904.889	2.170.686	1.817.251	2.249.931
	7.343.918	4.424.985	1.817.821	2.249.980
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>10.707.531</b>	<b>5.138.045</b>	<b>10.670.351</b>	<b>6.146.455</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal e encargos	971.466	501.726	1.129.381	880.530
Remuneração direta	760.480	381.392	885.426	655.748
Benefícios	175.972	97.660	204.049	185.657
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	35.014	22.674	39.906	39.125
Impostos, taxas e contribuições	1.447.426	511.887	1.569.475	952.455
Federais	1.180.546	412.105	1.285.666	750.794
Estaduais	226.665	72.614	227.204	155.073
Municipais	40.215	27.168	56.605	46.588
Juros provisionados, variações cambiais passivas e alugueis	5.236.734	3.039.167	4.911.874	3.220.126
Dividendos	724.827	257.750	724.827	257.750
Lucro líquido do exercício após dividendos	2.327.078	827.515	2.327.078	827.515
Participação de não controladores			7.716	8.079
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>10.707.531</b>	<b>5.138.045</b>	<b>10.670.351</b>	<b>6.146.455</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### (a) Considerações gerais

A Fibria Celulose S.A. e suas empresas controladas, doravante referidas nesta demonstração financeira como "Fibria" ou "Companhia", está constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, a Fibria possuía ações listadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão ("B3") e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), reportando suas informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Securities and Exchange Commission (SEC). Em razão da reorganização societária envolvendo a Companhia e a Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano"), a negociação das ações da Companhia foram suspensas a partir do dia 4 de janeiro de 2019, seguindo os passos previstos para a conclusão da operação.

A Fibria tem como atividade preponderante o plantio de florestas renováveis e sustentáveis e a industrialização e o comércio de celulose branqueada de eucalipto. As florestas em formação encontram-se localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul.

A Fibria atua em um único segmento operacional relacionado à industrialização e ao comércio de celulose de fibra curta, operando suas fábricas de celulose branqueada localizadas em Aracruz-ES, Três Lagoas-MS, Jacareí-SP e Eunápolis-BA (Veracel Celulose S.A. ("Veracel")) uma operação em conjunto).

A celulose produzida para exportação é entregue aos clientes por meio de transporte marítimo, com base em contratos de afretamento de longo prazo, através dos portos de Santos-SP, Barra do Riacho-ES (operado pela controlada Portocel - Terminal Especializado Barra do Riacho S.A. ("Portocel")) e terminal de Macuco, localizado no Porto de Santos (operado pela controlada Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A. ("Fibria Santos SPE")), cujo início das operações ocorreu em fevereiro de 2018.

##### (b) Operação com Suzano

No dia 16 de março de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em 15 de março de 2018, foi celebrado pelos acionistas controladores da Companhia, por Suzano Holding S.A. e pelos demais acionistas controladores da Suzano Papel e Celulose S.A., com anuência da Suzano Papel e Celulose S.A., o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações ("Compromisso"), pelo qual os acionistas controladores da Suzano e os acionistas controladores da Companhia acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano e da Companhia, mediante a realização de reorganização societária. O Conselho de Administração da Companhia aprovou sua adesão ao Compromisso em 27 de março de 2018. Essa operação estava sujeita ao cumprimento de condições suspensivas, incluindo a aprovação por órgãos antitruste, que ocorreram na seguinte ordem:

No dia 31 de maio de 2018, a *Federal Trade Commission*, autoridade concorrenciais norte-americana, concedeu a conclusão antecipada da análise do processo, autorizando a operação entre as duas empresas sem restrições nos Estados Unidos. Em 31 de agosto de 2018, o *Anti-Monopoly Bureau of State Administration for Market Regulation - SAMR*, autoridade concorrenciais na China, também aprovou a operação prevista no Compromisso de Voto, bem como, no dia 6 de setembro de 2018, a autoridade concorrenciais na Turquia autorizou a operação, desta forma, para os fins das leis antitruste chinesas e turcas, a referida operação pôde ser consumada.

No dia 13 de setembro de 2018 foram aprovadas, nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Suzano e da Companhia, todas as matérias relacionadas à reorganização societária com vistas à combinação das operações e bases acionárias das Companhias.

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia divulgou, através de Comunicado ao Mercado que foi disponibilizado no site do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o parecer da Superintendência Geral que aprovou, sem restrição, a combinação de negócios e operação acionária entre a Companhia e a Suzano.

Em 14 de novembro de 2018, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) publicou, no Diário Oficial da União, a aprovação dos processos administrativos relacionados à mudança de controle resultante da combinação de negócios e bases acionárias entre Fibria e Suzano.

Em 29 de novembro de 2018, a autoridade concorrenciais da União Européia aprovou a combinação de negócios e bases acionárias entre Fibria e Suzano, condicionada ao encerramento antecipado do contrato para fornecimento de celulose celebrado entre Fibria e Klabin S.A., assinado em maio de 2016.

Em 3 de janeiro de 2019 (data de aquisição do controle pela Suzano), foi realizada a troca das ações da Companhia por ações da Suzano, seguindo um dos passos previstos para o fechamento da operação.

Todas as condições para a consumação da operação de combinação de negócios e bases acionárias foram atendidas, de modo que a Fibria e a Suzano puderam seguir com as providências para fechamento da operação pelos 45 dias seguintes a 29 de novembro de 2018. A reorganização societária foi concluída em 14 de janeiro de 2019.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

##### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos, passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativo biológico mensurados ao valor justo.

##### (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Fibria. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

##### (b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2019.

##### 2.2 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

###### 2.2.1 Demonstrações financeiras individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

###### 2.2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

Transações intercompanhias, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

###### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem

direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Fibria controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Fundo Pulp - Nota 10).

##### (b) Operações em conjunto (*Joint Operations*)

As operações em conjunto são empresas nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. As empresas Veracel, Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. ("Asapir") e VOTO - Votorantim Overseas Trading Operations IV Limited ("VOTO IV") são consideradas operações em conjunto (*joint operation*), onde os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Nenhuma operação em conjunto possui ações negociadas no mercado. Os saldos do ativo, passivo, receita líquida relativos aos anos de 2018 e de 2017 das operações em conjunto estão demonstrados na Nota 17(b).

##### (c) Coligadas e empreendimento controlado em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas e em empreendimento controlado em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

Atualmente a Companhia possui participação de 50% no empreendimento controlado em conjunto F&E Technologies LLC, empresa norte-americana.

##### (d) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As empresas controladas incluídas na consolidação estão demonstradas a seguir:

	Percentual do capital total			
	Direta	Indireta	Total	Total
No Brasil				
Asapir (i)	50		50	50
Fibria Terminais Portuários S.A.	100		100	100
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	100		100	100
F&E Participações Ltda.	100		100	100
F&E Tecnologia do Brasil S.A.		100	100	100
Portocel	51		51	51
Projetos Especiais e Investimentos S.A.	100		100	100
Veracel (i)	50		50	50
No exterior				
Fibria Celulose (USA) Inc.	100		100	100
Fibria Innovations Inc.	100		100	100
Fibria International Trade GmbH	100		100	100
Fibria Overseas Finance Ltd.	100		100	100
Fibria Overseas Holding KFT.	100		100	100
Fibria Trading International KFT.	48,3	51,7	100	100
VOTO IV (i)			50	50

(i) Operações em conjunto (Conforme detalhado na Nota 2.2 (b)).

##### 2.3 Segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante

Ativos ou passivos circulantes, são aqueles cuja expectativa de realização ou desembolso não seja maior que 12 meses após a data do balanço.

##### 2.4 Conversão em moeda estrangeira

###### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

###### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que não remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado e apresentadas na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas".

###### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

###### 2.6 Ativos financeiros

A Companhia adotou o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros em 1º de janeiro de 2018, resultando em mudanças nas políticas contábeis da Companhia, mas sem impactos ou ajustes materiais em razão da nova norma.

###### 2.6.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

###### (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários, para os investimentos em títulos da dívida agrária. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

###### (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria. Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

###### (c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

#### 2.11 Ativos intangíveis

##### (a) Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O valor contábil do ágio é comparado ao seu valor recuperável, que é o maior entre o seu valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma investida incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida. O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa ("UGC") ou grupo de unidades geradoras de caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para a UGC que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Cada UGC ou grupo de UGCs para qual o ágio é alocado representa o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração.

##### (b) Banco de dados

Compreende o conhecimento técnico construído ao longo de vários anos e à base de dados de tecnologia florestal e industrial originados da aquisição da Aracruz Celulose S.A. (Aracruz). Estes ativos proporcionam uma melhora na produtividade dos eucaliptos por hectare e nos processos industriais de produção de celulose. O banco de dados foi reconhecido pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que tem vida útil definida e está registrado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%, e registrada no resultado no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

##### (c) Relacionamento com fornecedor

Este ativo intangível abrange o valor do contrato legado pela Companhia na aquisição da Aracruz, relacionado ao fornecimento de produtos químicos. Esse ativo foi reconhecido pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que tem vida útil definida e está registrado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, é calculada pelo método linear, com base na taxa anual de 6,3%.

##### (d) Desenvolvimento e implantação de sistemas (*softwares*)

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

#### 2.12 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 19. Os terrenos não são depreciados. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Reparos e gastos com manutenção são apropriados ao resultado no período de competência. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, conforme Nota 19. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.13 Operações de arrendamento mercantil

No começo de um contrato a Companhia define se um contrato ou conjunto de contratos é ou contém um arrendamento quando: (i) o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado e, (ii) o contrato contém direito de utilização do ativo. Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia faz substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os valores de pagamentos mínimos devidos pelos arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo concedido pelo arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. Os valores de pagamento contingentes (que são aqueles que não são uma quantia fixada, mas se baseiam na quantia futura de um fator que se altera como por exemplo volume de madeira em pé) são contabilizados nos períodos em que são incorridos.

#### 2.14 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo semestralmente (junho e dezembro), deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Sua exaustão é calculada com base na colheita das florestas. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos é realizada pela Administração da Companhia e o resultado é reconhecido na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e são destinados para produção de celulose branequada. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de sete anos.

#### 2.15 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica mais valia de ativos de controladas.

#### 2.16 Impairment de ativos não financeiros, exceto ágio

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente UGC. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.17 Contas a pagar aos fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

#### 2.19 Benefícios a administradores e empregados

##### (a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, classificada como contribuição definida. Nesse plano, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem contratuais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

##### (b) Assistência médica (pós-aposentadoria)

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados em função de um acordo coletivo concedendo de forma vitalícia esse benefício a um grupo determinado de empregados e está fechado para novos participantes desde julho de 2007. O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação. A estimativa da Administração da obrigação de benefício definido é calculada anualmente em conjunto com aturais independentes. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado por um fluxo de caixa descontado (Nota 30(c)).

As alterações no valor presente do plano decorrentes dos juros incorridos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente em "Outros resultados abrangentes".

##### (c) Participação nos lucros e programa de bônus

As provisões para participação nos resultados e pagamento de bônus, calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração, são contabilizadas no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

##### (d) Remuneração com base em ações

###### (i) Phantom Share Plan

A Companhia oferece um plano de remuneração referenciado na valorização de suas ações, a partir de um preço prefixado e um prazo predeterminado. O plano consistia em uma remuneração em dinheiro, não havendo, no entanto, a previsão de negociação efetiva das ações, uma vez que não estava prevista a emissão e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Eram elegíveis ao plano o diretor-presidente, diretores estatutários e não estatutários e gerentes gerais da Companhia.

Esses valores foram registrados como uma provisão a pagar aos executivos, com sua contrapartida no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", com base no valor justo das opções outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo foi revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

###### (ii) Plano de outorga de ações

A Companhia operava um plano de remuneração com base em ações, liquidado com ações, segundo os quais a entidade recebia os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, era reconhecido no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" em contrapartida da reserva de capital. Eram elegíveis ao plano o diretor-presidente, diretores estatutários e não estatutários e os gerentes gerais.

O valor total a ser reconhecido era determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não eram do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos eram adquiridos.

O valor total da despesa era reconhecido durante o período no qual o direito era adquirido; isto é, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos deveriam ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisou suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos seriam adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não eram do mercado. Se necessário, a Companhia reconhecia o impacto da revisão das estimativas iniciais na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

As premissas e o modelo usado para estimar o valor justo do plano de outorga de ações estão detalhados na Nota 31(ii).

#### 2.20 Ativos e passivos contingentes

Ativos anteriormente tratados como contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível de mensurar. Os ativos contingentes avaliados como de êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando material.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e civis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

#### 2.21 Provisão com obrigações de desmobilização de ativos

Refere-se, basicamente, aos custos para o descomissionamento de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. A provisão é constituída com o registro de passivo de longo prazo com contrapartida a um item do ativo imobilizado. O registro inicial desse

Norma	IFRS 16 - Leases
<b>Vigência</b>	1º de janeiro de 2019
<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
<b>Impactos da adoção</b>	A Companhia fará a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não serão reapresentadas informações e saldos em base comparativa. A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional; a Companhia fará a adoção das seguintes políticas contábeis na transição: (i) A Companhia não reavaliará se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicará a IFRS 16 a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICP 03 (IFRIC 4); (ii) A Companhia pretende optar por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, então, como um único componente de arrendamento; (iii) A Companhia não registrará os contratos com prazo superior a 12 meses mas que, na data da transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; (iv) A Companhia excluirá custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; (v) A Companhia fará uso da percepção tardia ( <i>hindsight</i> ), tal como a determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e (vi) A Companhia aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Dentro deste contexto espera-se que a adoção inicial da IFRS 16 impacte de forma significativa as demonstrações financeiras e processos internos. Os efeitos mais significativos se relacionam com: (1) o reconhecimento de novos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em nosso balanço patrimonial; (2) Novas divulgações significativas sobre nossas atividades de arrendamento. Abaixo os principais efeitos para a Companhia com a adoção da norma: - Reconhecimento de passivos operacionais adicionais em aproximadamente R\$ 2,8 bilhões (líquidos dos créditos tributários de PIS e COFINS), em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos mínimos remanescentes dos alugueis dos arrendamentos operacionais existentes; - Adotaremos isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor.
<b>Norma</b>	ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over income tax treatments)
<b>Vigência</b>	1º de janeiro de 2019
<b>Principais pontos introduzidos pela norma</b>	Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. De acordo com a IFRIC 23, a Companhia deve considerar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Se a Companhia entende que é provável que as autoridades fiscais aceitarão o tratamento escolhido, então ela deve mensurar seu imposto de renda de acordo com esse pressuposto. Apenas se a Companhia acreditar que é provável que o tratamento fiscal não será aceito, haverá uma incerteza a ser endereçada pelo IFRIC 23. A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseando-se na abordagem do (i) valor mais provável ou (ii) do valor esperado. A interpretação também exige que as empresas revealem os julgamentos e as estimativas aplicadas se os fatos e as circunstâncias mudarem - por exemplo: com base no resultado de inspeção das autoridades fiscais, seguindo as mudanças nas regras tributárias ou quando há a expiração do direito de uma autoridade tributária contestar um tratamento.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

### 3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A Companhia faz estimativas com relação ao futuro com base em premissas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A Administração acredita que as estimativas e premissas que podem apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Ativos e passivos fiscais diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados principalmente em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas subsidiárias operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa do ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

A Companhia apresenta histórico de lucro tributável que vem absorvendo recorrentemente os créditos diferidos ativos. A Administração entende, com base nas projeções de resultado, aprovadas pelos níveis apropriados, que a realização dos créditos diferidos é provável.

#### (b) Benefícios a empregados

O valor atual de obrigações do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os saldos das obrigações atuariais, está a taxa de desconto calculada com base nas taxas de retorno oferecidas pelo Governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica (Nota 30).

A provisão de remuneração baseada em ações referente ao *Phantom Share Plan* estava registrada pelo valor justo da opção, o qual era calculado pela Companhia com base no preço de fechamento das ações da Companhia. O valor justo de cada opção emitida em relação ao Plano de Outorga de Ações era estimado na data da concessão com base no modelo de precificação de opções Black&Scholes. Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas para o cálculo dessas obrigações afetariam o valor contábil na data do balanço.

#### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utiliza também seu julgamento para definir os cenários e valores apresentados na análise de sensibilidade (Nota 5).

Quaisquer alterações nas premissas utilizadas para os cálculos envolvendo o valor justo de instrumentos financeiros poderiam afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

#### (d) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos (Nota 18).

Seguem as principais premissas utilizadas pela Administração no cálculo do valor justo dos ativos biológicos, e a correlação entre as mudanças nessas premissas e o valor justo: 

Premissas utilizadas	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área de efetivo plantio (hectare).....	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - m²/hectare...	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Preço líquido médio de venda - reais/m².....	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios	
que contribuem - %.....	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - %.....	Aumenta a premissa, diminui o valor justo

Para a premissa denominada "área de efetivo plantio", considera-se que as florestas imaturas (até dois anos de idade da data do plantio) sejam mantidas a custo histórico, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo.

passivo e do ativo corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco ajustada (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo atualizada e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal e registrado contra o resultado do exercício.

#### 2.22 Reconhecimento de receita

A Companhia adotou o IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, resultando em mudanças nas políticas contábeis da Companhia, mas sem impactos ou ajustes em razão da nova norma.

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas pela Companhia à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A comprovação da transação é baseada nos parâmetros previstos pelo *Incoterms* (Termos Internacionais de Comércio) correspondente e confirmação do crédito para a realização da transação. A receita é o rendimento líquido das vendas, após dedução de impostos, descontos e devoluções.

#### (a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita nas vendas internas e para exportação se baseia nos princípios a seguir:

(i) Mercado interno - de um modo geral, as vendas são feitas a prazo. A receita é reconhecida quando o cliente recebe o produto seja nas dependências do transportador ou em suas próprias dependências, ponto onde o controle é transferido.

(ii) Mercado de exportação - os clientes no exterior são atendidos por centros de distribuição terceirizados próximos aos clientes, localizados nos diversos mercados atendidos pela Companhia. Os contratos de exportação estabelecem a transferência de controle com base nos parâmetros dos *Incoterms*.

#### 2.23 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável.

#### 2.24 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo, apurado com base no estatuto social e na política de dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é destacado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido como "Dividendos adicionais propostos", até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral.

#### 2.25 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Fibria.

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Proteção florestal - na Fibria, a proteção florestal contra pragas, doenças, plantas daninhas e incêndios baseia-se em uma estratégia de ciclos sucessivos de prevenção, monitoramento e controle. Além dos esforços contínuos na seleção e no plantio de materiais genéticos mais resistentes, a Companhia se preocupa com a preservação do equilíbrio ecológico e com a geração de conhecimentos para melhorias no manejo.

(iii) Biodiversidade - as atividades florestais da Companhia são licenciadas pelos órgãos competentes e objeto de planejamento socioambiental. São mantidas porções significativas de matas nativas entremeadas com plantios de eucalipto. Nesse contexto, a Fibria busca conservar suas áreas protegidas na forma de Reservas Legais (RLs), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), por meio de proteção, restauração, manejo e integração com a matriz de plantios florestais, buscando também minimizar as pressões externas e os fatores de degradação que possam estar atuando sobre esses fragmentos.

(iv) Resíduos - a Fibria vem fazendo esforços para utilizar resíduos da fabricação de celulose que são coprocessados e transformados em produtos para aplicação na área florestal e são aproveitados na correção da acidez dos solos onde são mantidos plantios de eucalipto. Essa prática proporciona ganhos ambientais e econômicos com a redução da disposição dos resíduos em aterros e com a substituição de matéria-prima comprada pelos resíduos reaproveitados nas operações de silvicultura.

#### (c) Impactos nas comunidades

A Companhia mantém contato com comunidades de diferentes realidades econômicas, sociais e culturais, que são afetadas positiva ou negativamente e em diferentes graus pelo cultivo do eucalipto. Para garantir um bom relacionamento com todas elas, a Companhia elaborou um Plano de Relacionamento com Comunidades, revisado anualmente, em que esses núcleos populacionais vizinhos são classificados conforme o grau de relacionamento. O Modelo de Relacionamento é aplicado em 100% das operações florestais, nas etapas de silvicultura e colheita.

#### (d) Contratação de fornecedores

Para se certificar da não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escrava por parte de seus fornecedores, a Fibria exige que eles assinem declarações formais à respeito dessas normas. Outros dois requisitos mandatórios nas contratações são o cumprimento das políticas de meio ambiente e dos critérios de segurança no transporte adotados pela Fibria (Programa Estrada Segura). Todos os contratos firmados com os fornecedores e demais parceiros de negócios são acompanhados do Código de Conduta ou fazem menção ao mesmo, o que reforça a proibição de qualquer prática discriminatória ou em desacordo com a legislação vigente. A homologação de fornecedores ocorre a cada dois anos.

#### 4.2 Gestão de riscos financeiros

##### 4.2.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de preço e de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Parcela substancial das vendas da Companhia é denominada em dólares norte-americanos e com predominância dos seus custos/despesas denominados em reais. Deste modo, há um descasamento natural de moedas entre os custos/despesas e as receitas. O programa de gestão de risco de mercado da Fibria se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de hedge é para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (a) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas, (b) proteção do fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas e (c) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco.

A execução das operações para mitigação dos riscos de mercado é realizada pela área de tesouraria da Fibria, segundo as políticas financeiras aprovadas pelo Conselho de Administração. O controle dos riscos e compliance das políticas, por sua vez, é realizado pela Diretoria de Governança, Riscos e Compliance ("DGRC"), que possui suficiente independência para apontar eventuais desenquadramentos das políticas, mensurar e analisar os riscos de mercado, reportando diretamente ao presidente da Companhia e ao Comitê de Finanças (órgão de apoio ao Conselho de Administração). A DGRC faz o acompanhamento criterioso de todas as exposições de riscos de mercado e o controle estrito do cumprimento às políticas financeiras vigentes. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova, anualmente, a revisão das políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, áreas envolvidas nestas atividades, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e alocação dos excedentes de caixa.

##### Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

O Conselho de Administração da Fibria aprovou em 31 de agosto de 2017 a revisão da Política de Gestão de Riscos de Mercado. O uso de instrumentos financeiros para hedge e aplicação de caixa são pautados por tais políticas. No que diz respeito ao uso de operações de hedge para a proteção dos fatores de risco de mercado, a política é, na visão da Administração, conservadora, sendo que toda operação contratada deve sempre estar vinculada a um risco proveniente de um ativo objeto, advindo principalmente de fluxo operacional, preço de commodities ou dívida. Deste modo, só são permitidas operações se vinculadas a uma exposição efetiva e não são permitidos instrumentos de proteção que resultem em operações alavancadas.

##### (a) Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como taxas de juros, paridades cambiais e preços de commodities. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

##### (i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

A política financeira da Companhia destaca que as operações de hedge têm como objetivos diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas sob a ótica consolidada.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos indexados ao dólar norte-americano na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado	
	2018	2017
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa .....	1.583.869	3.583.241
Contas a receber de clientes (Nota 12) .....	1.036.794	1.042.107
	<u>2.620.663</u>	<u>4.625.348</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamentos (Nota 23) .....	12.161.023	10.695.696
Contas a pagar aos fornecedores (Nota 24) .....	2.537.013	1.541.247
Instrumentos financeiros derivativos .....	116.022	99.279
	<u>14.814.058</u>	<u>12.336.222</u>
Exposição passiva .....	<u>12.193.395</u>	<u>7.710.874</u>

A Fibria calcula sua exposição líquida para cada um dos fatores de risco. Quando o fator de risco se refere ao dólar norte-americano ou ao euro, são determinados limites máximos de hedge para até 24 meses, sendo obrigatória a recomendação do Comitê de Finanças para prazos entre 19 a 24 meses.

A exposição da Companhia à moeda estrangeira dá origem a riscos de mercado associados a variações da taxa de câmbio. Os passivos calculados em moeda estrangeira incluem empréstimos captados, principalmente, em dólares norte-americanos. As vendas da Companhia para o exterior são, em sua maioria, em dólares norte-americanos. Os valores das vendas de celulose no Brasil são atrelados ao dólar norte-americano e recebidos em reais. Deste modo, os passivos da Companhia funcionam como uma proteção natural de parcela da exposição à moeda das receitas de exportação, eliminando parte do descasamento de moedas entre ativo e passivo no longo prazo.

##### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros (exceto pelo saldo de Títulos e valores mobiliários), o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco de taxa de juros de empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos contratados com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia deverá avaliar anualmente o percentual ótimo entre dívidas pré-fixadas e dívidas com taxas flutuantes. Esta avaliação ficará a cargo da Tesouraria e da DGRC, que deverão reportar anualmente os resultados ao Comitê de Finanças. Ficarão a critério da Diretoria de Finanças e Relações com Investidores avaliar a estratégia de contratação de hedge de taxa de juros e inflação, considerando os resultados da avaliação do percentual ótimo e de fatores de mercado.

Dado o risco de extinção da Libor no decorrer dos próximos anos, a Companhia vem ativamente negociando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação dessa taxa de juros. A maior parte da dívida já possui uma cláusula de substituição da taxa Libor por um índice de referência ou taxa juros equivalente. Para os contratos que não possuem uma especificação, existe uma cláusula de renegociação entre as partes. No decorrer dos próximos anos, até a extinção da Libor, a Companhia trabalhará ativamente para recorrer em todos os seus contratos a taxa equivalente de substituição.

##### (iii) Risco do preço de commodities

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço da celulose, produto final da Companhia, que é considerado uma commodity. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, estoque dos produtores, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos no mercado. Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada que efetua o monitoramento do preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções da Companhia, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa commodity não existe mercado com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Fibria. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez, baixo volume e grande distorção na formação do preço.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum tipo de operação contratada para proteção do preço da celulose.

##### (b) Risco de crédito

Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação.

Para cada tipo de exposição de crédito e para cada tipo de contrato é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites. Para todas as esferas, a quantificação das exposições e análise dos riscos é alvo de um relatório mensal realizado pela DGRC. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito (Letters of Credit (LC)), seguradoras, clientes (prazo para pagamento), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros.

A análise de crédito de clientes e de seguradora é realizada mensalmente pela área de Tesouraria, assim como de fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos) que é feito sob demanda.

##### (i) Bancos e instituições financeiras

Para bancos e instituições financeiras (aplicações, conta corrente e derivativos) foram criadas métricas quantitativas de aferição da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* (ECE) e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* (WCE) de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados (Nota 8).

i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de rating, será considerada a mediana das classificações de rating caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de rating: *Fitch*, *Moody's* e *Standard & Poor's*.

ii) o rating exigido para as contrapartes em escala local Brasil é A (ou A2), ou BBB+ (ou Baa1) em escala global.

iii) nenhuma contraparte privada deverá ter concentração, isoladamente, mais de 25% dos Recursos sob Gestão para a Companhia e suas subsidiárias brasileiras e, mais de 27,5% para as subsidiárias no exterior.

##### (ii) Clientes e adiantamentos a fornecedores

No caso do risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a Fibria avalia, por meio da Comissão de Crédito, a qualidade do crédito, levando em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. Os principais clientes da Fibria são empresas de grande porte, sólidas e, em grande parte, com mais de 20 anos de relacionamento, minimizando o risco de crédito.

São realizadas análises de crédito frequentes dos clientes e, quando considerado necessário, são obtidas cartas de crédito ou cobertura de seguro de crédito para proteger os interesses da Companhia. A maior parte das vendas por exportação para Europa e Ásia está protegida por cartas de crédito ou seguro de crédito junto à *Compagnie Française d' Assurance pour le Commerce Extérieur* (COFACE).

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes, e é incluída nas despesas de vendas (Nota 12).

##### (c) Risco de liquidez

Com relação ao risco de liquidez, a Fibria tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos financeiros (amortização e serviços da dívida) de 12 meses. O excedente de caixa é investido em aplicações financeiras de alta liquidez, é permitida pela política financeira uma pequena parcela de aplicações com liquidez em até 723 dias. Todos os derivativos contratados foram efetuados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos .....	2.273.251	2.434.360	5.822.905	1.915.181
Instrumentos financeiros derivativos ..	139.495	58.414	51.692	
Fornecedores e demais				
contas a pagar .....	1.714.694	18.208	48.585	30.944
	<u>4.127.440</u>	<u>2.510.982</u>	<u>5.923.182</u>	<u>1.946.125</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos .....	2.086.259	1.279.016	6.415.309	3.515.971
Instrumentos financeiros derivativos ..	119.473	67.671	169.112	
Fornecedores e demais				
contas a pagar .....	1.846.287	43.675		3.515.971
	<u>4.052.019</u>	<u>1.390.362</u>	<u>6.584.421</u>	<u>3.515.971</u>
				Consolidado
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Empréstimos e financiamentos .....	4.070.304	3.142.459	8.890.066	10.011.753
Instrumentos financeiros derivativos ..	139.495	58.414	51.692	
Fornecedores e demais				
contas a pagar .....	3.684.460	18.208	48.585	30.944
	<u>7.894.259</u>	<u>3.219.081</u>	<u>8.990.343</u>	<u>10.042.697</u>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos .....	2.485.566	2.658.719	8.994.927	9.987.428
Instrumentos financeiros derivativos ..	119.473	67.671	169.112	
Fornecedores e demais				
contas a pagar .....	3.235.427	63.431	50.189	45.452
	<u>5.840.466</u>	<u>2.789.821</u>	<u>9.214.228</u>	<u>10.032.880</u>

#### 4.2.2 Gestão de capital

A Administração monitora o endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice é calculado pela dívida líquida dividida pelo LAJIDA ajustado (definido conforme abaixo). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

O LAJIDA ajustado é definido pela Companhia como o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização e outros itens, incluindo o ajuste não caixa do valor justo do ativo biológico.

A Companhia deverá manter um saldo mínimo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, de modo a evitar que a ocorrência de descasamento em seu fluxo de caixa afete sua capacidade de pagamento. Este saldo mínimo de caixa é definido pela soma do: (a) saldo de caixa mínimo operacional, que reflete o ciclo de conversão operacional de caixa, (b) saldo mínimo para cobertura do serviço da dívida, que inclui juros e principal de curto prazo e (c) imposto de renda e outras contribuições fiscais de curto prazo. Adicionalmente, a Administração poderá buscar reforço de caixa, incluindo linhas compromissadas, para atender às métricas de caixa mínimo das agências de rating. O monitoramento da liquidez será feito principalmente pela projeção de fluxo de caixa de 12 meses. A projeção de fluxo de caixa irá considerar testes de stress em fatores de riscos exógenos de mercado, como taxa de câmbio, taxa de juros e preço de celulose, além dos fatores endógenos.

A gestão de endividamento financeiro e liquidez deverá ainda considerar os *covenants* financeiros contratuais, mantendo uma margem de segurança para que os mesmos não sejam excedidos.

A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um hedge natural no longo prazo para o seu fluxo de caixa. Todas as captações deverão estar aprovadas pelas políticas e procedimentos vigentes.

A Tesouraria da Fibria é responsável pela elaboração dos planos de contingência que contemple as ações para solucionar eventual ocorrência desta natureza. Esses planos são submetidos ao Comitê de Finanças e devidamente acompanhados pelas instâncias envolvidas.

A Companhia segue com foco em diversas frentes tais como redução do custo fixo, custo variável, despesas de vendas, CAPEX e melhoria do capital de giro, bem como em ações que promovam eventos adicionais de liquidez. Dessa forma, o objetivo da Companhia é fortalecer sua estrutura de capital, buscando manter um nível de alavancagem adequado.

### 5. DEMONSTRATIVO DA ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

#### Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de câmbio

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento dessas demonstrações financeiras (R\$ x US\$ = 3,8748). Como tais instrumentos já estão registrados pelo valor justo por meio do resultado (cenário provável) não há efeitos adicionais no resultado para esse cenário. Nos cenários "Possível" e "Remoto", a taxa de câmbio foi acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos:

	Consolidado	
	Impacto da alta/redução do dólar norte-americano no valor justo das carteiras - Valores absolutos	Remoto (50%)
Cartera	Possível (25%)	Remoto (50%)
Instrumentos financeiros derivativos	2.120.100	4.972.446
Empréstimos e financiamentos .....	3.022.513	6.045.027
Caixa e equivalentes de caixa .....	395.967	791.935

#### Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Foi adotado como cenário provável o valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2018. Os valores já estão registrados, não há efeitos adicionais no resultado para este cenário. Nos cenários "Possível" e "Remoto", as taxas de juros foram valorizadas/desvalorizadas em 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos, em relação ao cenário "Provável":

	Consolidado	
	Impacto da alta/redução da taxa de juros no valor justo - Valores absolutos	Remoto (50%)
Empréstimos e financiamentos	Possível (25%)	Remoto (50%)
LIBOR .....	2.316	4.631
Cesta de moedas .....	159	320
TJLP .....	1.265	2.512
CDI .....	4.267	8.467
IPCA .....	84	157

	Consolidado	
	Impacto da alta/redução da taxa de juros no valor justo - Valores absolutos	Remoto (50%)
Instrumentos financeiros derivativos		
CDI .....	42.321	95.631
IPCA .....	309.435	606.227

	Consolidado	
	Impacto da alta/redução da taxa de juros no valor justo - Valores absolutos	Remoto (50%)
Aplicações financeiras (a) .....		
CDI .....	12.131	24.136

(a) Para fins da análise de sensibilidade foram considerados apenas os títulos e valores mobiliários indexados às taxas pós-fixadas.

#### Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para o cálculo do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana (*United States Consumer Price Index* - US-CPI) em 31 de dezembro de 2018. O cenário provável foi extrapolado considerando um acréscimo/redução de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

	Consolidado	
	Impacto da alta/redução do US-CPI no valor justo - Valores absolutos	Remoto (50%)
Cartera	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé .....	100.296	205.402

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO

Os ativos e passivos mensurados ao valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial são classificados nos seguintes níveis da hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Apenas títulos públicos são classificados como Nível 1, na composição da rubrica títulos e valores mobiliários;
  - Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
  - Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).
- Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:
- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
  - o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
  - o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
  - outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
  - o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como o derivativo embutido contido nos contratos contabilizado como arrendamento mercantil) com base nas taxas de inflação futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

##### Mensurações do valor justo

###### Ativos

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2018 Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) ..		666.177		666.177
Opções de compra de ações - Ensyn (Nota 17(d))			6.219	6.219
Títulos e valores mobiliários (Nota 10) .....	1.441.236	3.047.647		4.488.883
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Outros investimentos - Ensyn (Nota 17(d)) .....			149.703	149.703
Outros investimentos - CelluForce (Nota 17(d)) ..			18.379	18.379
Outros investimentos - Spinnova (Nota 17(d)) .....			22.195	22.195
Ativo biológico (Nota 18) (*) .....			4.579.526	4.579.526
Total do ativo .....	<u>1.441.236</u>	<u>3.713.824</u>	<u>4.776.022</u>	<u>9.931.082</u>

###### Passivo

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2017 Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) ..		(402.692)		(402.692)
Total do passivo .....		<u>(402.692)</u>		<u>(402.692)</u>

##### Mensurações do valor justo

###### Ativos

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2017 Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) ..		448.292		448.292
Opções de compra de ações - Ensyn (Nota 17(d))			9.825	9.825
Títulos e valores mobiliários (Nota 10) .....	1.992.707	783.255		2.775.962
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Outros investimentos - Ensyn (Nota 17(d)) .....			105.955	105.955
Outros investimentos - CelluForce (Nota 17(d)) ..			13.962	13.962
Outros investimentos - Spinnova (Nota 17(d)) .....			19.847	19.847
Ativo biológico (Nota 18) (*) .....			4.253.008	4.253.008
Total do ativo .....	<u>1.992.707</u>	<u>1.231.547</u>	<u>4.402.597</u>	<u>7.626.851</u>

###### Passivo

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	2017 Total
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11) ..		(314.090)		(314.090)
Total do passivo .....		<u>(314.090)</u>		<u>(314.090)</u>

(\*) A movimentação do valor justo do ativo biológico está demonstrada na Nota 18.

Não houve transferência entre os Níveis 1, 2 e 3 durante o exercício.

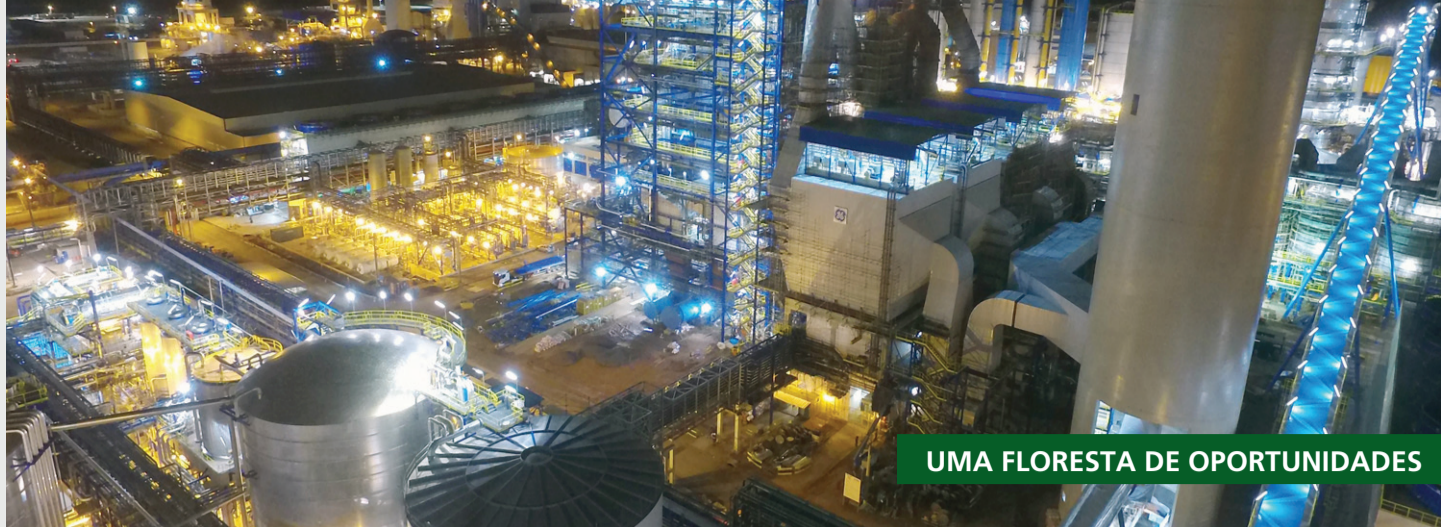
##### 6.1 Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado de duas formas: (

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora	
	2018	2017
<b>Ativos</b>		
Ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	194.112	465.148
Contas a receber de clientes (Nota 12)	2.629.382	1.565.557
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)		5.716
Outros ativos	290.789	284.219
	<u>3.114.283</u>	<u>2.320.640</u>
Ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	666.177	448.292
Opções de compra de ações (Nota 17(d))	6.219	9.825
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	4.451.447	2.746.053
	<u>5.123.843</u>	<u>3.204.170</u>
Ao valor justo por meio do resultado abrangente		
Outros investimentos (Nota 17(d))	190.277	139.764
	<u>190.277</u>	<u>139.764</u>
<b>Passivos</b>		
Ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	9.812.738	10.298.857
Fornecedores e demais contas a pagar	2.076.956	2.160.562
	<u>11.889.694</u>	<u>12.459.419</u>
Ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	402.692	314.090
	<u>402.692</u>	<u>314.090</u>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Consolidado</b>		
Ativos		
Ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	1.794.900	4.051.717
Contas a receber de clientes (Nota 12)	1.325.323	1.193.157
Títulos e valores mobiliários - Títulos da dívida agrária (Nota 10)		5.716
Outros ativos	321.806	308.442
	<u>3.442.029</u>	<u>5.559.032</u>
Ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	666.177	448.292
Opções de compra de ações (Nota 17(d))	6.219	9.825
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	4.488.883	2.775.962
	<u>5.161.279</u>	<u>3.234.079</u>
Ao valor justo por meio do resultado abrangente		
Outros investimentos (Nota 17(d))	190.277	139.764
	<u>190.277</u>	<u>139.764</u>
<b>Passivos</b>		
Ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	20.667.096	19.298.563
Fornecedores e demais contas a pagar	4.053.233	3.554.901
	<u>24.720.329</u>	<u>22.853.464</u>
Ao valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	402.692	314.090
	<u>402.692</u>	<u>314.090</u>

#### 8. QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia segue sua política interna conforme Nota 4.2.1 (b)(i).

	Controladora	
	2018	2017
<b>Contas a receber de clientes</b>		
Contrapartes relevantes com classificação externa de crédito		
A	8.029	5.062
BBB	44.224	5.974
B	9.586	
CCC	132.363	
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
A - Baixo risco	2.345.030	1.422.021
B - Médio risco	79.651	52.705
C - Médio/alto risco	10.500	79.795
D - Alto risco de falência		6.358
<b>Total de contas a receber de clientes (Nota 12)</b>	<b>2.629.382</b>	<b>1.571.915</b>
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
brAAA	3.392.072	105.023
brAA+	412.460	85.325
brAA	772.313	207.419
brA-	47.850	2.808.386
brA+	20.591	10.271
A	75	221
Outros (i)	198	272
	<u>4.645.559</u>	<u>3.216.917</u>
<b>Ativos financeiros derivativos</b>		
brAAA		5.090
brAA+		9.651
brAA-		84.343
brA+	1.864	
A+	51.451	66.147
A-	38.766	59.889
BBB+	51.561	60.078
	<u>143.642</u>	<u>285.198</u>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Consolidado</b>		
Contas a receber de clientes		
Contrapartes relevantes com classificação externa de crédito		
AA	18.050	
A	335.131	120.336
BBB	53.087	2.786
BBB-		67.010
BB+	675	
BB-	11.415	1.373
B+	688	1.310
B	148.295	
CCC	132.363	
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
A - Baixo risco	195.462	595.924
B - Médio risco	315.350	318.846
C - Médio/alto risco	114.807	85.572
D - Alto risco de falência		6.425
<b>Total de contas a receber de clientes (Nota 12)</b>	<b>1.325.323</b>	<b>1.199.582</b>
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
brAAA	3.752.574	105.023
brAA+	413.008	116.081
brAA	1.005.472	207.419
brAA-	65.208	3.849.892
brA+	20.591	10.271
A+	292.072	919.570
A-	288.744	969.753
A	289.277	579.480
BBB+	154.444	73.965
Outros (i)	2.393	2.941
	<u>6.283.783</u>	<u>6.833.395</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Taxa média de remuneração das aplicações - % a.a.</b>	<b>2,52</b>	<b>5,368</b>	<b>50,296</b>	<b>1.334,005</b>
Caixa e bancos (i)				
Equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Depósito a prazo fixo	100,41 do CDI	188.744	414.852	189.144
Em moeda estrangeira				
Depósito a prazo fixo (ii)	2,51		271.751	396.655
		<u>194.112</u>	<u>465.148</u>	<u>1.794.900</u>
				<u>4.051.717</u>

(i) Foram incluídas nesta categoria contas-correntes e aplicações em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito a provisão para deterioração.

#### 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Taxa média de remuneração das aplicações - % a.a.</b>	<b>2,52</b>	<b>5,368</b>	<b>50,296</b>	<b>1.334,005</b>
Caixa e bancos (i)				
Equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Depósito a prazo fixo	100,41 do CDI	188.744	414.852	189.144
Em moeda estrangeira				
Depósito a prazo fixo (ii)	2,51		271.751	396.655
		<u>194.112</u>	<u>465.148</u>	<u>1.794.900</u>
				<u>4.051.717</u>

(i) No Consolidado, inclui saldos de contas das investidas no exterior.

(ii) Refere-se principalmente a *Time Deposits* com vencimento até 90 dias.

#### 10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Taxa média de remuneração - % a.a.</b>	<b>3,30</b>	<b>353</b>	<b>1.745</b>	<b>406</b>
Em moeda nacional				
Fundo <i>Federal Provision</i> CP	98,84% do CDI	1.729.621	2.269.972	
Fundo de Investimentos - Pulp (i)				
Títulos públicos				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	98,84% do CDI		1.440.830	1.990.762
Ao custo amortizado (ii)	6	5.716		5.716
Títulos privados (Compromissadas)	100,22% do CDI	2.548.582	312.082	2.874.756
Títulos privados (Compromissadas) - <i>Escrow Account</i> (iii)		172.891	162.254	172.891
		<u>4.451.447</u>	<u>2.751.769</u>	<u>4.488.883</u>
Títulos e valores mobiliários				
Parcela circulante		4.278.556	2.589.515	4.315.992
Parcela não circulante		172.891	162.254	172.891
		<u>4.451.447</u>	<u>2.751.769</u>	<u>4.488.883</u>
(i) Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 31 de dezembro de 2018. A carteira deste Fundo, por tipo de aplicação, demonstrada nos saldos Consolidados, é composta por títulos públicos e privados.				
(ii) Taxa 6% a.a. referente à título de dívida agrária.				
(iii) O montante ficará depositado em conta caução e será liberado após a obtenção das demais aprovações governamentais aplicáveis e o cumprimento, pela Companhia, de outras condições precedentes para a conclusão do Projeto Losango, detalhado na nota 1 (b) às últimas demonstrações financeiras anuais.				

#### 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (INCLUSIVE DERIVATIVOS EMBUTIDOS)

##### (a) Descrição por tipo de contrato

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) - em US\$		Valor justo	
	2018	2017	2018	2017
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
Hedge de fluxo de exportação				
Zero Cost Collar	3.035.000	1.981.000	(8.188)	90.078
Hedge de dívida				
Swap LIBOR x <i>Fixed</i> (US\$)		40.800		1.231
Swap IPCA x CDI (nacional em Reais)	1.028.022	1.028.022	133.001	70.387
Hedge cambial				
Swap DI x US\$ (US\$)	42.500	173.547	(81.492)	(147.359)
Swap Pré x US\$ (US\$)	17.250	46.829	(26.342)	(43.229)
			<u>16.979</u>	<u>(28.892)</u>
Derivativo embutido em contrato de compra de madeira em pé (*)				
Swap do US-CPI	724.041	768.598	246.506	163.094
			<u>263.485</u>	<u>134.202</u>
Classificados				
No ativo circulante			210.852	124.340
No ativo não circulante			455.325	323.952
No passivo circulante			(276.407)	(151.571)
No passivo não circulante			(126.285)	(162.519)
			<u>263.485</u>	<u>134.202</u>

(\*) O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé.

##### (b) Contratos abertos por ponta ativa e passiva e tipo de contrato com estratégia de proteção

Tipo de contrato e risco protegido	Moeda	Valor de referência (nacional) - na moeda de origem		Valor justo	
		2018	2017	2018	2017
Contratos de <i>swap</i> - Hedge de dívida					
Posição ativa					
LIBOR para <i>Fixed</i>	US\$		40.800		134.156
Real CDI para dólar	R\$	86.449	340.618	88.255	579.978
Real pré para dólar	R\$	39.208	106.441	38.504	100.983
IPCA para CDI	R\$	1.028.022	1.028.022	1.187.166	1.123.400
Posição passiva					
LIBOR para <i>Fixed</i>	US\$		40.800		(132.925)
Real CDI para dólar	US\$	42.500	173.547	(169.747)	(727.337)
Real pré para dólar	US\$	17.250	46.829	(64.846)	(144.212)
IPCA para CDI	R\$	1.028.022	1.028.022	(1.054.165)	(1.053.013)
Total dos contratos de <i>swap</i>				25.167	(118.970)
Hedge de Fluxo de Caixa					
Zero Cost Collar	US\$	3.035.000	1.981.000	(8.188)	90.078
				<u>16.979</u>	<u>(28.892)</u>

##### (c) Valores justos e liquidados de contratos com estratégia de proteção

Tipo do derivativo	Valor justo		Valores (pagos) ou recebidos	
	2018	2017	2018	2017
Hedge operacional				
Hedge de fluxo de exportação	(8.188)	90.078	28.608	300.044
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros	133.001	71.618	(7.721)	(31.530)
Hedge cambial	(107.834)	(190.588)	(237.264)	(146.744)
	<u>16.979</u>	<u>(28.892)</u>	<u>(216.377)</u>	<u>121.770</u>

##### (d) Valores justos por cronograma de vencimentos de contratos com estratégia de proteção

	2018
2019	(80.976)
2020	(45.405)
2021	(16.697)
2022	(17.717)
2023	177.774
	<u>16.979</u>

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado, conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Ressalta-se que todos os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2018 são operações de mercado de balcão, registradas na CETIP, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de *Mark to Market* (MtM).

A seguir, são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos.

##### (i) Swap LIBOR x *Fixed*

A Fibria possui posições de *swaps* convencionais de LIBOR 3M *versus Fixed* com o intuito de fixar o fluxo de pagamento de dívidas atreladas a uma taxa pós-fixada.

##### (ii) Swap DI x US\$

A Fibria possui posições de *swaps* convencionais de Depósitos Interbancários (DI) *versus* dólar com o objetivo de atrelar a dívida em reais, atrelada ao DI, para uma dívida fixa em dólar. Tais *swaps* estão atrelados às dívidas no que diz respeito a valores, prazos e fluxo de caixa.

##### (iii) Zero Cost Collar Exportador

A Fibria possui posições de *Zero Cost Collar* Exportador, instrumento que consiste na combinação simultânea de opções de compra e venda de dólares, com mesmo valor notional e vencimento sem alavancagem, com o objetivo de proteger o seu fluxo de

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 14. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos retidos e antecipações de impostos IRPJ e CSLL	634.500	1.094.462	695.775	1.150.492
ICMS a recuperar	1.146.472	1.128.003	1.236.325	1.210.235
IPI a recuperar	9.072	11.858	9.683	12.422
Créditos do Programa Reintegra	62.550	190.165	73.818	203.540
PIS e COFINS a recuperar	615.925	675.921	680.503	738.990
Provisão para perda nos créditos do ICMS	(1.122.852)	(1.093.280)	(1.211.109)	(1.174.762)
	<b>1.345.667</b>	<b>2.007.129</b>	<b>1.484.995</b>	<b>2.140.917</b>
Circulante	196.657	213.450	260.832	272.623
Não circulante	1.149.010	1.793.679	1.224.163	1.868.294

	Consolidado	
	Montante	
Em 2019	260.832	
Em 2020	671.044	
Em 2021	67.359	
Em 2022	58.882	
A partir de 2023	426.878	
<b>Total dos impostos a recuperar</b>	<b>1.484.995</b>	

A movimentação na provisão para *impairment* de impostos a recuperar da Companhia é a seguinte:

	2018	2017
Em 1ª de janeiro	(1.174.762)	(1.062.295)
<i>Impairment</i> de créditos gerados no exercício	(36.347)	(112.467)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>(1.211.109)</b>	<b>(1.174.762)</b>

A Companhia vem acumulando créditos de ICMS com os Estados do Espírito Santo, Bahia e do Mato Grosso do Sul, pelo fato de sua atividade, nesses Estados, ser preponderantemente exportadora. A Administração revisa mensalmente a perspectiva de realização dos referidos créditos e constitui estimativa de perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, para as unidades nos Estados do Mato Grosso do Sul, da Bahia e do Espírito Santo devido à mencionada dificuldade de sua realização.

#### 15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A Companhia e suas controladas sediadas no Brasil utilizam a sistemática de apuração com base no lucro real. As controladas sediadas no exterior utilizam sistemáticas de apuração dos tributos de acordo com as regras fiscais dos países onde se encontram.

A Companhia continua a acreditar na validade das previsões dos Tratados Internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. Porém, como a definição sobre a sua aplicação está pendente no Supremo Tribunal Federal, atualmente a Companhia tributa o lucro de acordo com a Lei 12.973/14.

A Lei 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano. A repatriação desses lucros em anos subsequentes não está sujeita à futura tributação no Brasil. A Companhia reconhece provisões para impostos sobre a renda de subsidiárias no exterior por competência.

#### (a) Composição dos saldos de impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (i)(ii)	15.036	168.511	19.398	172.016
Provisão para contingências (ii)	122.329	102.444	132.643	114.385
Provisões ( <i>impairment</i> , operacionais e perdas diversas) (ii)	797.042	588.164	835.665	621.420
Diferimento do resultado nos contratos de derivativos reconhecidas para fins fiscais com base caixa	(89.585)	(45.629)	(89.585)	(45.629)
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa (MP nº 1.858-10/99 artigo 30) (ii)	915.428	1.016.427	915.428	1.016.427
Amortização fiscal dos ativos adquiridos na combinação de negócio (ii)	97.308	95.575	97.308	95.575
Ganho atuarial sobre plano de assistência médica (SEPAÇO) (ii)	14.757	12.744	16.124	13.840
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre resultados das subsidiárias do exterior	(112.365)	(199.198)	(112.365)	(199.198)
Custos com reflorestamento já deduzido para fins fiscais	(166.223)	(263.649)	(166.223)	(263.649)
Valor justo dos ativos biológicos (ii)	115.586	82.080	120.044	78.313
Custo de captação e juros capitalizados	(126.131)	(126.571)	(126.131)	(126.571)
Aproveitamento fiscal do ágio não amortizado contabilmente	(805.128)	(715.669)	(805.128)	(715.669)
Outras provisões	(16.611)	(8.717)	(16.611)	(8.715)
<b>Total dos impostos diferidos, líquido</b>	<b>761.443</b>	<b>706.512</b>	<b>820.567</b>	<b>752.545</b>
Imposto diferido ativo líquido, por entidade	761.443	706.512	820.567	752.545

(i) O saldo do Consolidado em 31 de dezembro de 2018 inclui o valor de R\$ 355.987 (R\$ 329.428 em 2017) relativo à provisão para perda de créditos tributários de subsidiárias no exterior, conforme detalhado no item (d) a seguir.

(ii) Representa o total dos créditos diferidos ativo de R\$ 2.136.610 (Consolidado) cuja expectativa de realização está demonstrada a seguir.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

	Consolidado
Montante	
Nos próximos 12 meses	437.169
Em 2020	341.095
Em 2021	308.626
Em 2022	304.605
Em 2023	449.848
Entre 2024 a 2025	55.614
Entre 2026 a 2027	39.475
A partir de 2028	200.178
	<b>2.136.610</b>

Nos próximos 12 meses, a Companhia espera realizar o montante de R\$ 175.479 relativos aos impostos diferidos passivos.

A movimentação do saldo líquido das contas de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No início do período	706.512	1.169.021	752.545	801.275
Prejuízos fiscais e base negativa	(153.475)	20.987	(152.618)	(100.118)
Diferenças temporárias relacionadas a provisões operacionais	228.763	84.966	232.503	30.294
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre resultados das subsidiárias do exterior	86.833	215.138	86.833	215.138
Diferimento de resultados de instrumentos financeiros derivativos	(43.956)	(46.945)	(43.956)	(39.369)
Amortização de ágio	(87.726)	(91.350)	(87.726)	(91.350)
Custos com reflorestamento e depreciação incentivada	97.426	(263.649)	97.426	233.652
Diferimento de variação cambial não realizada	(100.999)	(235.316)	(100.999)	(395.225)
Ativos biológicos	33.506	(14.614)	41.729	149.161
Perda atuarial sobre plano de assistência médica (SEPAÇO)(i)	2.013	(3.903)	2.284	(3.433)
Custo de captação e juros capitalizados	440	(126.571)	440	(46.230)
Outros	(7.894)	(1.252)	(7.894)	(1.250)
<b>No final do período</b>	<b>761.443</b>	<b>706.512</b>	<b>820.567</b>	<b>752.545</b>

(i) Imposto relacionado com outros resultados abrangentes

#### (b) Reconciliação da despesa de IR e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do IR e da CSLL	3.728.430	1.389.409	3.815.515	1.535.449
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	(1.267.666)	(472.399)	(1.297.275)	(522.053)
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva:				
Efeito da equivalência patrimonial	1.849.270	766.462	193	17
Imposto Pago no Exterior	182.015		182.015	
Créditos do Programa Reintegra	22.083	29.094	23.828	40.596
Créditos Biefix	275.670		275.670	
Gratificações dos Diretores	(9.711)	(5.261)		(5.610)
Tributação de lucro das subsidiárias do exterior no Brasil	(1.836.471)	(803.024)		
Efeito fiscal das diferenças de prática das subsidiárias no exterior no Brasil	101.126	215.138		
Variação cambial sobre os investimentos no exterior (i) (ii)	17.302	(19.285)	76.374	52.631
Outras diferenças permanentes, principalmente provisões não dedutíveis	(10.143)	(14.869)	(6.672)	(7.686)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(676.525)</b>	<b>(304.144)</b>	<b>(755.894)</b>	<b>(442.105)</b>
Taxa efetiva - %	18,1	21,9	19,8	28,8

(i) Refere-se ao efeito de variação cambial sobre os dividendos a receber das subsidiárias no exterior reconhecidas na controladora.

(ii) No consolidado, refere-se ao efeito de variação cambial ativa reconhecido como resultado da conversão para a moeda funcional Real das subsidiárias no exterior. Como o Real não é a moeda utilizada para fins de tributação nestes países, tal efeito não é reconhecido nas subsidiárias do exterior e nunca será objeto de tributação no Brasil.

#### (c) Tributos sobre o lucro originados em combinações de negócios

A Companhia possui diferença temporária tributável associada ao deságio na troca de ativos com a International Paper, cujo passivo fiscal diferido, no valor de R\$ 605.540, não foi reconhecido, uma vez que todos os aspectos relativos à realização destes ganhos estão sob controle da Administração, que não possui planos para a sua realização.

O saldo do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Aracruz a ser amortizado fiscalmente é de R\$ 43.852, que representa um crédito tributário de IR e CSLL no montante de R\$ 14.910, a ser apropriado até fevereiro de 2019.

#### (d) Provisão para perda de créditos tributários

A Companhia registrou em 2011 uma provisão para perda no montante de Florim Húngaro HUF 25.752 milhões, equivalente a R\$ 355.987 em 31 de dezembro de 2018, e R\$ 329.428 em 31 de dezembro de 2017.

As movimentações na provisão para *impairment* de créditos tributários no exterior são as seguintes:

	2018	2017
No início do exercício	(329.428)	(286.209)
Variação cambial	(26.559)	(43.219)
<b>No final do exercício</b>	<b>(355.987)</b>	<b>(329.428)</b>

#### 16. TRANSAÇÕES E SALDOS RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

##### (a) Partes relacionadas

Até 14 de janeiro de 2019, a Companhia era controlada através do Acordo de Acionistas celebrado entre a Votorantim S.A., que detinha 29,42% das suas ações, e o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), que detinha 29,08% das suas ações. As operações comerciais e financeiras da Companhia com suas subsidiárias, controladas, empresas do Grupo Votorantim e outras partes relacionadas foram efetuadas a preços e condições definidos, valores, prazos e taxas descritos a seguir:

##### (i) Nos ativos e passivos

Natureza	Saldos a receber (pagar)		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Transações com acionistas controladores					
Votorantim S.A.	Prestito de serviços	(194)	(2.224)	(194)	(2.224)
Votorantim S.A.	Arrendamento de terras	(196)	(196)	(196)	(196)
BNDES	Financiamentos	(2.738.637)	(2.921.699)	(2.855.647)	(3.045.982)
		<b>(2.739.027)</b>	<b>(2.924.119)</b>	<b>(2.856.037)</b>	<b>(3.048.402)</b>

Natureza	Saldos a receber (pagar)		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Transações com empresas controladas e operações em conjunto					
Portocel	Serviços portuários	(2.386)	(10.496)		
Fibra Terminais Portuários S.A.	Serviços portuários	(20)			
Fibra Santos SPE	Serviços portuários	(5.666)			
Portocel	Dividendos a receber	1.908	1.997		
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Dividendos a receber		66		
Fibra International Trade GmbH	Venda de celulose	2.341.420	1.417.999		
Fibra International Trade GmbH	Pré-pagamento intercompanhia	(16.542.739)	(10.150.312)		
VOTO IV	Empréstimo <i>Bond</i>		(514.945)		
Veracel	Rateio de despesas		(99)		
		<b>(14.207.483)</b>	<b>(9.255.790)</b>		

Natureza	Saldos a receber (pagar)		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Empresas pertencentes ao Grupo Votorantim					
Votorantim S.A.	Empréstimo			9.924	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia	Compra e venda de energia	(3.195)	(1.018)	(3.195)	(1.018)
Banco Votorantim S.A.	Aplicações financeiras	47.850	66.764	65.208	68.535
Banco Votorantim S.A.	Derivativos	(5.730)		(5.730)	
Votorantim Cimentos S.A.	Fornecimento de insumos	(640)	(54)	(640)	(54)
Votorantim Cimentos S.A.	Arrendamento de terras		(532)		(532)
Votorantim Siderurgia S.A.	Compra de madeira em pé	(72)	(3.690)	(72)	(3.690)
Sitrel - Siderurgia Três Lagoas Ltda.	Arrendamento de terras	(10)	(10)	(10)	(10)
Nexa Resources (antiga Votorantim Metais Ltda.)	Fornecimento de produtos químicos	(543)	(376)	(543)	(376)
Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA")	Arrendamento de terras	(113)	(109)	(113)	(109)
		37.547	60.975	54.905	72.670
		<b>(16.908.963)</b>	<b>(12.118.934)</b>	<b>(2.801.132)</b>	<b>(2.975.732)</b>

Natureza	Saldos a receber (pagar)		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Subtotal líquido				
Classificados nas seguintes rubricas				
Nos ativos				
Títulos e valores mobiliários	47.850	66.764	65.208	68.535
Contas a receber de clientes (Nota 12)	2.341.420	1.417.999		
Dividendos a receber	1.908	2.063		
Partes relacionadas - não circulante				9.924
Demais ativos - circulante	9.187	3.812	8.543	3.343
Nos passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	(2.738.637)	(2.921.699)	(2.855.647)	(3.045.982)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(5.730)		(5.730)	
Fornecedores	(22.222)	(22.616)	(13.506)	(11.552)
Partes relacionadas - circulante	(698.002)	(1.884.252)		
Partes relacionadas - não circulante	(15.844.737)	(8.781.005)		
	<b>(16.908.963)</b>	<b>(12.118.934)</b>	<b>(2.801.132)</b>	<b>(2.975.732)</b>

##### (ii) Montantes incorridos durante o exercício

Natureza	Montante incorrido		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Transações com acionistas controladores					
Votorantim S.A.	Prestação de serviços	(6.476)	(12.562)	(6.492)	(13.212)
Votorantim S.A.	Arrendamento de terras	(587)	(4.652)	(587)	(4.652)
BNDES	Financiamentos	(192.556)	(123.864)	(214.017)	(241.032)
		<b>(199.619)</b>	<b>(141.078)</b>	<b>(221.096)</b>	<b>(258.896)</b>

Natureza	Montante incorrido		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Transações com empresas controladas e operações em conjunto					
Fibra-MS	Rateio de despesas		34.779		
Portocel	Serviços portuários	(33.610)	(44.833)		
Fibra Santos SPE	Serviços portuários	(41.933)			
Fibra Terminais Portuários S.A.	Serviços portuários	(221)			
Fibra Trading International	Pré-pagamento intercompanhia		49.510		
Fibra Trading International	Variação cambial dos dividendos a receber	553	(5.837)		
Fibra Overseas Holding KFT	Variação cambial dos dividendos a receber	(3.636)	(50.882)		
VOTO IV	Empréstimo <i>Bond</i>		(51.974)		
Fibra International Trade GmbH	Venda de celulose	10.573.529	4.900.631		
Fibra International Trade GmbH	Pré-pagamento intercompanhia	(2.408.633)	(1.481.400)		
Fibra International Trade GmbH	Variação cambial dos dividendos a receber	(191.683)			
Veracel	Rateio de despesas		35		
		<b>7.846.561</b>	<b>3.350.029</b>		

Natureza	Montante incorrido		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
Empresas pertencentes ao Grupo econômico Votorantim					
Votorantim S.A.	Empréstimo			147	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia	Fornecimento de energia	87.357	19.972	87.357	47.031
Banco Votorantim S.A.	Aplicações financeiras	5.271	6.751	5.846	11.254
Banco Votorantim S.A.	Derivativos	(4.428)	(42)	(4.428)	(42)
Votorantim CTVM Ltda.	Prestação de serviços		(183)		(183)
Votorantim Cimentos S.A.	Fornecimento de energia	(330)		(330)	13.275
Votorantim Cimentos S.A.	Fornecimento de insumos		(312)		(312)
Votorantim Cimentos S.A.	Arrendamento de terras		(2.404)		(2.404)
Nexa Resources (antiga Votorantim Metais Ltda.)	Fornecimento de energia		(24)		(24)
Votorantim Siderurgia S.A.	Compra de madeira em pé	(1.130)	(24.278)	(1.130)	(24.278)
Sitrel - Siderurgia Três Lagoas Ltda.	Fornecimento de energia	2.140		2.140	5.781
Sitrel - Siderurgia Três Lagoas Ltda.	Arrendamento de terras	(128)		(128)	(124)
Nexa Resources (antiga Votorantim Metais Ltda.)	Fornecimento de produtos químicos	(5.217)	(4.567)	(5.217)	(4.567)
CBA	Arrendamento de terras	(1.329)	(702)	(1.329)	(702)
	</				

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia não oferece a seus administradores nenhum benefício adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

Os saldos consolidados a pagar aos executivos e administradores da Companhia estão registrados nas seguintes rubricas:

	2018	2017
Passivo circulante		
Salários e encargos sociais	89.984	16.798
Passivo não circulante		
Demais contas a pagar		4.339
Patrimônio líquido		6.686
Reserva de capital		27.823
	<b>89.984</b>	<b>27.823</b>

### 17. INVESTIMENTOS

	2018	2017	2018	2017
Controladas, operações em conjunto, coligada e joint venture (a)	8.414.243	6.088.468	3.885	3.316
Outros investimentos avaliados ao valor justo (d)	196.496	149.589	196.496	149.589
	<b>8.610.739</b>	<b>6.238.057</b>	<b>200.381</b>	<b>152.905</b>

#### (a) Investimentos em controladas, operações em conjunto e coligadas

Informações das controladas, operações em conjunto e coligadas em 2018	Participação da Companhia							
	Patrimônio líquido		Resultado do exercício		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladora								
Controladas e operações em conjunto								
No Brasil								
Asapir	8.214	1.573	50	4.107	2.118	786	77	
Fibra-MS (i)			100				156.255	
Fibra Terminais Portuários S.A.	213	(87)	100	213	300	(87)	(103)	
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	191.834	(2.122)	100	191.834	176.135	(2.122)	277	
F&E Participações Ltda.	200		100	200	200			
Portocel	150.695	15.748	51	76.854	75.737	8.031	8.409	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	4.494	65	100	4.494	4.429	65	1.348	
Veracel	2.669.224	(1.510)	50	1.334.612	1.335.889	(755)	(5.949)	
No exterior								
Fibra Celulose (USA) Inc.	150.107	20.003	100	150.107	130.104	20.002	7.692	
Fibra Innovations Inc.	17.158	(16.327)	100	17.158	14.919	(16.327)	(10.156)	
Fibra International Trade GmbH	6.211.753	5.397.075	100	6.211.753	3.797.655	5.397.075	2.083.342	
Fibra Overseas Finance Ltd.	36.913	7.915	100	36.913	28.998	7.915	10.127	
Fibra Overseas Holding KFT.	442	(1.777)	100	442	78.003	(1.777)	11.245	
Fibra Trading International KFT.	258	(2.204)	48,3	125	75.435	(1.065)	(28.358)	
VOTO IV	518.788	53.436	50	259.394	232.676	26.718	20.044	
				<b>8.288.206</b>	<b>5.952.598</b>	<b>5.438.459</b>	<b>2.254.250</b>	

Joint venture avaliadas pelo MEP

F&E Technologies LLC			50	3.886	3.316	570	49
				<b>8.292.092</b>	<b>5.955.914</b>	<b>5.439.029</b>	<b>2.254.299</b>

Mais-valia de ativos na aquisição da Aracruz

alocados à Veracel e Portocel				122.151	132.554		
				<b>8.414.243</b>	<b>6.088.468</b>	<b>5.439.029</b>	<b>2.254.299</b>

#### Total do investimento da controladora

#### (b) Informações sobre as empresas controladas e operações em conjunto

	Ativos totais		Passivos totais		Receitas líquidas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladas diretas e indiretas						
Diretas						
Fibra Celulose (USA) Inc.	651.846	459.933	501.739	329.829	3.140.877	2.357.164
Fibra Innovations Inc.	18.596	18.192	1.437	3.272		
Fibra International Trade GmbH	21.935.069	15.357.960	15.723.316	11.560.305	16.288.377	10.510.965
Fibra Overseas Finance Ltd.	7.411.093	6.283.392	7.374.180	6.254.394		
Fibra Overseas Holding KFT.	481	80.868	39	2.865		
Fibra Terminais Portuários S.A.	243	324	30	24	223	
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	196.050	181.347	4.215	5.212	36.014	
Fibra Trading International KFT.	418	156.469	160	288		
Fibra-MS						2.087.301
F&E Participações Ltda.	200	200				
Portocel	175.874	197.756	25.179	49.253	145.020	135.523
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	4.593	4.565	99	136		
Indiretas						
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	200	200				
Operações em conjunto (*)						
Asapir	6.927	6.426	2.820	4.307		
Veracel	1.604.806	1.579.413	270.194	243.523	597.103	528.633
VOTO IV	259.394	549.808		317.132		

(\*) Corresponde a participação da Companhia de 50%.

(i) A subsidiária Fibria-MS foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, como divulgado nas Demonstrações Financeiras anuais de 2017.

#### (c) Movimentação dos investimentos

	2018	2017
No início do exercício	6.238.057	10.889.558
Resultado de equivalência patrimonial	5.439.029	2.254.299
Aumento e integralização de capital	40.646	933.572
Redução de capital		(920.442)
Efeito da incorporação da Fibria-MS		(6.927.124)
Dividendos - Fibria International Celulose GmbH	(2.982.976)	
Dividendos - Fibria Overseas Holding KFT.	(75.784)	
Dividendos - Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.		(66)
Dividendos - Fibria Trading International KFT.	(74.339)	
Dividendos - Portocel	(6.914)	(1.997)
Amortização de mais-valia de controladas e passivos incorporados de controladas	(10.403)	(11.294)
Aquisição de participação - Ensyn	18.755	
Aquisição de participação - Spinnova		18.633
Atualização da participação na empresa Ensyn (Nota 17 (d))	21.387	1.516
Atualização da participação na empresa CelluForce (Nota 17 (d))	1.454	1.106
Atualização da participação na empresa Spinnova (Nota 17 (d))	2.349	1.213
Efeito reflexo no resultado abrangente referente ao Passivo atuarial	(522)	(917)
No final do exercício	<b>8.610.739</b>	<b>6.238.057</b>

Nenhuma das controladas e operações em conjunto possuem preço de mercado cotado para suas ações.

As provisões e passivos contingentes relacionados às controladas e operações em conjunto da Companhia estão descritos na Nota 25.

Adicionalmente, a Companhia não possui nenhuma restrição ou compromisso significativo com relação às suas controladas e operações em conjunto.

#### (d) Outros investimentos

	Percentual do capital total	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ensyn	14,22	155.922	115.780	155.922	115.780
CelluForce	8,3	18.379	13.962	18.379	13.962
Spinnova	18	22.195	19.847	22.195	19.847
		<b>196.496</b>	<b>149.589</b>	<b>196.496</b>	<b>149.589</b>

Em 9 de outubro de 2018 a Companhia adquiriu 176.803 ações ordinárias emitidas pela Ensyn Corporation ("Ensyn"), correspondente a aproximadamente 4% do total de ações ordinárias da empresa. Essa aquisição foi liquidada mediante o pagamento em caixa de US\$ 5 milhões (equivalentes, naquela data, a R\$ 18.755) e mais a entrega, para cancelamento, de 79.027 opções de compra ("warrants") detidas pela Companhia, com valor de US\$ 1.500 mil na data da sua aquisição.

Com esse investimento, a Companhia passou a deter 14,22% do capital social da Ensyn, e ainda mantém a opção de investir no futuro um valor adicional de US\$ 10 milhões no seu capital.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 31 de dezembro de:

	2018	2017
No início do exercício	149.589	127.121
Aquisição de participação - Ensyn	18.755	
Aumento de capital - CelluForce	2.963	
Aquisição de participação - Spinnova		18.633
Valor justo da opção, reconhecido no resultado - Ensyn (*)	846	(199)
Variação cambial da opção, reconhecido no resultado - Ensyn	1.974	149
Variação cambial dos investimentos, reconhecida em "Outros resultados abrangentes"	22.369	3.885
	<b>196.496</b>	<b>149.589</b>

(\*) O valor justo da opção foi calculado com base na revisão do fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: a curva de câmbio futura, preços de referência do óleo combustível nos Estados Unidos, preço do petróleo WTI (West Texas Intermediate), assim como qualquer mudança relevante no plano de negócio da empresa.

### 18. ATIVOS BIOLÓGICOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No início do exercício	3.930.154	2.173.711	4.253.008	4.351.641
Adições (manejo e compra de madeira em pé)	1.839.859	1.037.913	1.966.624	1.733.733
Exaustão	(1.498.217)	(827.407)	(1.630.073)	(1.472.648)
Variação de valor justo	10.908	(272.062)	26.778	(326.349)
Baixa/provisão para baixa	(36.172)	(33.056)	(36.811)	(33.369)
Efeito da Incorporação da Fibria-MS		1.851.055		
No final do exercício	<b>4.246.532</b>	<b>3.930.154</b>	<b>4.579.526</b>	<b>4.253.008</b>

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo *Discounted Cash Flow* (DCF), cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio (cultura de eucalipto) para um ciclo de corte de aproximadamente sete anos.

O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. O índice de produtividade médio varia em função do material genético, condições edafoclimáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região.

O preço líquido médio de venda considerado foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local, em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé" por região o qual é impactado pelo raio de distância entre a fazenda e a unidade produtiva. O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de matocompetição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado de terras próprias, considerando uma taxa média de remuneração para estes ativos, baseado na média dos contratos de aluguel vigentes.

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro. A taxa de desconto utilizada também considera os benefícios tributários.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

Área plantada (hectare)(*)	2018	2017
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare	490.900	486.393
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	40,9	36,3
Taxa de desconto (nominal e real) - %	6,0	6,0
	9,80 e 7,33	9,37 e 6,91

(\*) Incluem 195.903 hectares de floresta plantada com menos de dois anos em 31 de dezembro de 2018 (188.622) hectares em 31 de dezembro de 2017.

A variação do valor justo dos ativos biológicos durante o exercício de 2018 é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$ 26.778. As mudanças no valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas no resultado do exercício, na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 34).

	2018	2017
Mudanças físicas	109.778	(264.535)
Preços	(83.000)	(61.814)
	<b>26.778</b>	<b>(326.349)</b>

A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

### 19. IMOBILIZADO

	Controladora				
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.300.681	795.738	2.953.566	214.122	99.053
Adições		48	1.514	380.098	2
Baixas	(9.754)	(7.714)	3.889		(68)
Depreciação		(63.861)	(349.552)		(22.547)
Efeito da incorporação da Fibria-MS	145.623	1.070.778	7.283.511	77.453	109.033
Transferências e outros (i)	17.123	73.288	357.740	(459.927)	9.523
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.453.673	1.868.277	10.250.668	211.746	194.996
Adições	523.866	262	1.546	1.253.107	1
Baixas	(25.839)	(8.868)	(39.851)		(3.689)
Depreciação		(134.666)	(957.557)		(49.977)
Transferências e outros (i)	5.007	90.713	939.614	(1.071.697)	55.979
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>1.956.707</b>	<b>1.815.718</b>	<b>10.250.668</b>	<b>393.156</b>	<b>197.310</b>
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	1.453.673	3.210.838	18.119.683	211.746	382.809
Depreciação acumulada		(1.342.561)	(7.869.015)		(187.813)
Saldo contábil líquido	<b>1.453.673</b>	<b>1.868.277</b>	<b>10.250.668</b>	<b>211.746</b>	<b>194.996</b>
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	1.956.707	3.276.488	18.935.494	393.156	422.659
Depreciação acumulada		(1.460.770)	(8.741.074)		(225.349)
Saldo contábil líquido	<b>1.956.707</b>	<b>1.815.718</b>	<b>10.194.420</b>	<b>393.156</b>	<b>197.310</b>

(i) Contempla transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível e estoques.

	Consolidado				
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (i)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.641.036	1.268.762	5.606.905	4.465.071	125.418
Adições		306	60.494	2.779.896	1.193
Baixas	(8.442)	(11.162)			(342)
Depreciação		(132.513)	(782.027)		(34.449)
Transferências e outros (ii)	17.124	1.052.979	5.941.966	(6.990.513)	109.872
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.648.304	2.181.092	10.816.196	254.454	201.692
Adições	523.866	354	1.412	1.289.970	580
Baixas	(25.839)	(9.021)	(41.338)		(3.753)
Depreciação		(171.006)	(1.028.854)		(53.194)
Transferências e outros (ii)	5.007	112.166	955.570	(1.118.556)	60.347
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<b>2.151.338</b>	<b>2.113.585</b>	<b>10.702.986</b>	<b>425.868</b>	<b>205.672</b>
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo	1.648.304	3.832.209	19.438.357	254.454	408.108
Depreciação acumulada		(1.651.117)	(8.622.161)		(206.416)
Saldo contábil líquido	<b>1.648.304</b>	<b>2.181.092</b>	<b>10.816.196</b>	<b>254.454</b>	<b>201.692</b>
Em 31 de dezembro de 2018					
Custo	2.151.338	3.918.552	20.255.811	425.868	454.759
Depreciação acumulada		(1.804.967)	(9.552.825)		(249.087)
Saldo contábil líquido	<b>2.151.338</b>	<b>2.113.585</b>	<b>10.702.986</b>	<b>425.868</b>	<b>205.672</b>

(i) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

(ii) Contempla transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível e estoques.

Abaixo as taxas médias anuais de depreciação dos bens classificados no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com a vida útil estimada dos bens:

	Taxa anual de depreciação	
	2018	2017

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br

UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais futuros eram os seguintes:

Anos	Arrendamento de terras	Transporte marítimo (nacional)	Transporte marítimo (exportação)
2019.....	181.770	77.871	124.267
2020 a 2021.....	350.281	155.743	248.534
2022 a 2024.....	415.837	155.743	372.801
Acima de 2025.....	841.410		1.929.475
	<b>1.789.298</b>	<b>389.357</b>	<b>2.675.077</b>

#### (ii) Pagamentos contingentes

Contratos de parceria florestal - a Companhia firmou em 30 de dezembro de 2013, contratos de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé por um prazo de até 24 anos, com pagamentos contingentes através da recompra do volume de madeira em pé que a contraparte tem de direito pela parceria florestal, por um preço em dólar norte-americano definido no contrato e reajustado de acordo com o US-CPI.

Uma vez que não existe um volume obrigatório de recompra de madeira pelo contrato de parceria florestal que garanta à contraparte pagamentos mínimos a serem efetuados pela Companhia, não há valores de pagamentos mínimos futuros a serem divulgados.

#### 22. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - PROGRAMA PRODUTOR FLORESTAL

O Programa Produtor Florestal é uma parceria com produtores rurais, iniciada em 1990 no Estado do Espírito Santo e ampliada para outros Estados: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, destinada ao plantio de florestas de eucaliptos nas terras dos parceiros. Pelo programa, a Companhia disponibiliza tecnologia, assistência técnica, insumos e recursos financeiros, de acordo com a modalidade do contrato, garantindo, dessa forma, o fornecimento de insumos de madeira para sua produção de celulose. Estes adiantamentos serão reembolsados pela entrega de madeira pelos produtores florestais (fomentados). A seguir a movimentação dos saldos no início e final dos exercícios apresentados:

	2018	2017	2018	2017
No início do exercício.....	578.540	418.624	645.460	664.381
Adiantamentos realizados.....	132.077	31.483	143.744	71.931
Colheita.....	(102.463)	(55.692)	(102.463)	(55.692)
Transferência para florestas.....	(25.924)	(20.561)	(29.758)	(35.543)
Efeito da incorporação da Fibria-MS.....		204.371		
Variação cambial.....	5.023	315	5.023	383
<b>No final do exercício.....</b>	<b>587.253</b>	<b>578.540</b>	<b>662.006</b>	<b>645.460</b>

#### 23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

##### (a) Abertura dos saldos contábeis por modalidade

Modalidade/finalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Circulante		Não circulante		Controladora Total	
			2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em moeda estrangeira								
BNDÉS.....	UMBNDÉS			418.844				418.844
Finnvera.....	Libor	3,6	195.141	175.727	1.157.586	1.146.011	1.352.727	1.321.738
			195.141	594.571	1.157.586	1.146.011	1.352.727	1.740.532
Em moeda nacional								
BNDÉS.....	TJLP	9,3	229.146	563.231	1.660.087	1.332.709	1.889.233	1.895.940
BNDÉS.....	Fixo	6,2	25.555	35.045	20.390	45.839	45.945	80.884
BNDÉS.....	SELIC	7,7	66.886	10.344	736.573	515.687	803.459	526.031
FINAME.....	TJLP/Fixo			167				167
BNDÉS.....	Fixo				142.418			142.418
CRA (ii).....	CDI/IPCA	8,7	915.933	60.436	4.100.832	4.882.218	5.016.425	4.942.654
Nota de crédito à exportação.....	CDI	6,6	45.052	312.477	43.225	86.449	88.277	398.926
FCO, FDCO e FINEP.....	Fixo	8,0	154.444	661	461.856	570.213	616.300	570.874
Outros (Custos Revolving).....			372	381			372	381
			1.437.048	982.742	7.022.963	7.575.533	8.460.011	8.558.275
			<b>3.076.325</b>	<b>1.692.905</b>	<b>17.590.771</b>	<b>17.605.658</b>	<b>20.667.096</b>	<b>19.298.563</b>
Juros sobre financiamento.....			174.846	197.040	90.023	98.542	264.869	295.582
Financiamentos captados a longo prazo.....			1.457.343	1.380.273	8.090.526	8.623.002	9.547.869	10.003.275
			<b>1.632.189</b>	<b>1.577.313</b>	<b>8.180.549</b>	<b>8.721.544</b>	<b>9.812.738</b>	<b>10.298.857</b>

Modalidade/finalidade	Indexador	Encargos anuais médios - %	Circulante		Não circulante		Controladora Total	
			2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em moeda estrangeira								
BNDÉS.....	UMBNDÉS	6,4	22.775	438.735	48.174	59.800	70.949	498.535
Bonds (i).....	Libor	4,9	126.701	81.219	7.247.477	6.490.296	7.374.178	6.571.515
Finnvera.....	Libor	3,6	195.141	175.727	1.157.586	1.146.011	1.352.727	1.321.738
Créditos de exportação (pré-pagamento)								
BNDÉS.....	Libor	3,7	1.283.578	2.818	2.079.591	2.301.090	3.363.169	2.303.908
			1.628.195	698.499	10.532.828	9.997.197	12.161.023	10.695.696
Em moeda nacional								
BNDÉS.....	TJLP	9,3	240.228	574.895	1.695.067	1.365.637	1.935.295	1.940.532
BNDÉS.....	Fixo	6,2	25.555	35.045	20.390	45.839	45.945	80.884
BNDÉS.....	SELIC	7,7	66.886	10.344	736.573	515.687	803.459	526.031
FINAME.....	TJLP/Fixo			167				167
BNDÉS.....	Fixo				142.418			142.418
CRA (ii).....	CDI/IPCA	8,7	915.593	60.436	4.100.832	4.882.218	5.016.425	4.942.654
Nota de crédito à exportação.....	CDI	6,6	45.052	312.477	43.225	86.449	88.277	398.926
FCO, FDCO e FINEP.....	Fixo	8,0	154.444	661	461.856	570.213	616.300	570.874
Outros (Custos Revolving).....			372	381			372	381
			1.448.130	994.406	7.057.943	7.608.461	8.506.073	8.602.867
			<b>3.076.325</b>	<b>1.692.905</b>	<b>17.590.771</b>	<b>17.605.658</b>	<b>20.667.096</b>	<b>19.298.563</b>
Juros sobre financiamento.....			311.984	283.089	90.023	98.542	402.007	381.631
Financiamentos captados a longo prazo.....			2.764.341	1.409.816	17.500.748	17.507.116	20.265.089	18.916.932
			<b>3.076.325</b>	<b>1.692.905</b>	<b>17.590.771</b>	<b>17.605.658</b>	<b>20.667.096</b>	<b>19.298.563</b>

(i) Inclui US\$ 1,9 bilhões (equivalentes a R\$ 7.362.120 em 31 de dezembro de 2018) relativo aos Bonds Fibria 2024, Fibria 2025 e Fibria 2027, emitidos pela Fibria Overseas Finance Ltd., subsidiária financeira integral, garantidos totalmente e incondicionalmente pela Companhia.

(ii) A Companhia reclassificou os saldos de Longo prazo por Curto Prazo de duas, das nove séries dos CRAs com vencimento em 2021 e 2023, devido à liquidação ocorrida em 3 de janeiro de 2019 mencionada na Nota 38.

As taxas médias foram calculadas considerando a curva forward das taxas às quais as dívidas são indexadas, ponderando-se pelo vencimento de cada parcela das mesmas.

##### (b) Cronograma de vencimentos da parcela de longo prazo

	Controladora Total							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Em moeda estrangeira								
BNDÉS.....	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931		1.157.586
Finnvera.....	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931		1.157.586
Em moeda nacional								
BNDÉS - TJLP.....	250.933	255.016	248.085	248.339	218.210	273.560	162.501	3.443
BNDÉS - Fixo.....	15.200	4.791	399					20.390
BNDÉS - SELIC.....	70.705	69.397	66.748	88.461	81.554	196.721	162.987	736.573
CRA.....	1.204.639		1.512.680	1.383.513				4.100.832
Nota de crédito à exportação.....	43.225							43.225
FDCO e FINEP.....	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	461.856
	1.642.434	386.936	1.885.644	1.778.045	357.496	528.013	383.220	61.175
	<b>1.835.365</b>	<b>579.867</b>	<b>2.078.575</b>	<b>1.970.976</b>	<b>550.427</b>	<b>720.944</b>	<b>383.220</b>	<b>7.022.963</b>
								<b>8.180.549</b>

	Controladora Total							
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Em moeda estrangeira								
BNDÉS - cesta de moedas.....	21.623	8.819	9.672	8.060				48.174
Bonds.....				2.306.036	2.280.290		2.661.151	7.247.477
Finnvera.....	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931	192.931		1.157.586
Créditos de exportação (pré-pagamento)								
BNDÉS.....	228.178	1.313.110	538.303					2.079.591
	442.732	1.514.860	740.906	200.991	2.498.967	2.473.221		10.532.828
Em moeda nacional								
BNDÉS - TJLP.....	259.312	258.515	254.402	254.122	224.497	278.275	162.501	3.443
BNDÉS - Fixo.....	15.200	4.791	399					20.390
BNDÉS - SELIC.....	70.705	69.397	66.748	88.461	81.554	196.721	162.987	736.573
CRA.....	1.204.639		1.512.680	1.383.513				4.100.832
Nota de crédito à exportação.....	43.225							43.225
FDCO e FINEP.....	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	57.732	461.856
	1.650.813	390.435	1.891.961	1.783.828	363.783	532.728	383.220	61.175
	<b>2.093.545</b>	<b>1.905.295</b>	<b>2.632.867</b>	<b>1.984.819</b>	<b>2.862.750</b>	<b>3.005.949</b>	<b>383.220</b>	<b>17.590.771</b>

##### (c) Abertura por moeda

	Moedas	
	2018	2017
Real.....	7.702.614	8.076.836
Dólar norte-americano.....	12.090.074	10.197.161
SELIC (*).....	803.459	526.031
Cesta de moedas.....	70.949	498.535
	<b>20.667.096</b>	<b>19.298.563</b>

(\*) Definição contratual de moeda nos contratos com o BNDÉS que estão em Reais acrescidos de juros SELIC.

##### (d) Cronograma de amortização dos custos de captação

Efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes dos custos de captação na taxa efetiva de juros:

Descrição	Controladora Total						
	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
BNDÉS.....	6.360	6.350	6.304	6.100	5.909	13.774	44.797
Finnvera.....	12.611	12.611	12.611	12.611	12.611	25.222	88.277
CRA.....	20.509	10.089	9.483	9.483	6.854		56.418
FDCO.....	282	282	282	282	282	1.128	2.538
	<b>39.762</b>	<b>29.332</b>	<b>28.680</b>	<b>28.476</b>	<b>25.656</b>	<b>40.124</b>	<b>192.030</b>
Consolidado							
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024 em diante</b>	<b>Total</b>
BNDÉS.....	6.360	6.350	6.304	6.100	5.909	13.774	44.797
FDCO.....	282	282	282	282	282	1.128	2.538
Bonds.....	17.144	17.144	17.144	17.144	17.144	28.923	114.643
Finnvera.....	12.611	12.611	12.611	12.611	12.611	25.222	88.277
CRA.....	20.509	10.089	9.483	9.483	6.854		56.418
Créditos de exportação (pré-pagamento).....	4.322	4.322	4.322	4.169			17.135
	<b>61.228</b>	<b>50.798</b>	<b>50.146</b>	<b>49.789</b>	<b>42.800</b>	<b>69.047</b>	<b>323.808</b>

##### (e) Movimentação dos saldos contábeis

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No início do exercício.....	10.298.857	6.610.149	19.298.563	16.152.511
Captações.....	807.805	1.264.068	1.368.028	8.657.127
Juros apropriados.....	640.159	527.861	1.127.567	1.106.063
Variação cambial, líquida.....	247.047			

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 2002, a Companhia pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos.

Em 2004, a Companhia recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração pela SRF, por meio do qual são exigidos os valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Companhia de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003.

A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais.

Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. (ii) IRPJ/CSLL - homologação parcial

A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo de 1997, com valores devidos à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB). Em março de 2009 a SRFB homologou apenas R\$ 83 milhões, gerando uma diferença de R\$ 51 milhões. A Companhia apresentou impugnação, obtendo decisão parcialmente procedente. Logo após, foi interposto recurso, que julgado em sessão, determinou-se a conversão do feito em diligência. Em 06 de novembro de 2018, foi protocolada manifestação reforçando a conclusão do Auditor Fiscal na primeira homologação e os argumentos de defesa.

(iii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais

Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu autuação fiscal referente a imposto de renda e contribuição social, que alega a existência de um suposto ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais, com a International Paper.

Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. A Companhia apresentou garantia judicial, que foi aceita, de forma que aguarda julgamento do caso. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus consultores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. Os autos encontram-se conclusos para sentença desde 25 de novembro de 2017.

(iv) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Glosa da depreciação, amortização e exaustão - 2010

Em dezembro de 2015, a Companhia recebeu auto de infração exigindo o recolhimento de valores relativos ao IRPJ e da CSLL, questionando a dedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia na apuração do imposto no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de Recurso Voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da resolução n. 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a formalização da referida resolução.

(v) Auto de Infração - IRPJ/CSLL - Veracel

Em junho de 2017 foi lavrado Auto de Infração em face da controlada em conjunto Veracel, no valor total de R\$ 226,3 milhões, referente ao IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2012 e 2013. Para o ano de 2012, a fiscalização presumiu que a Veracel teria optado, na apuração do *transfer pricing* do período, pelo método do Preço sob Cotação na Exportação ("PECEX"), quando na verdade o método utilizado pela Veracel foi o do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP). Como o preço parâmetro apurado pelo método PECEX é superior ao apurado pelo método CAP, a fiscalização fez um ajuste no lucro líquido da Veracel.

Com relação ao ano de 2013, a Veracel foi autuada em razão do método adotado para conversão de suas receitas de exportação. A fiscalização apontou a necessidade de se contabilizar, como receita ou despesa, as variações cambiais ativas ou passivas decorrentes da modificação da taxa de câmbio entre a data de expedição das notas fiscais de exportação e da data da efetiva realização da receita de exportação, com os embarques das mercadorias. A apuração da variação cambial positiva apontada pela fiscalização, entretanto, está fundada em erro de cálculo, que se corrigido, comprova que a variação cambial foi negativa, não havendo que se falar em omissão de receita, mas em equívoco na dedução das despesas correspondentes à variação cambial passiva.

(vi) Demais processos tributários com probabilidade de perda possível

Além dos processos tributários com probabilidade de perda possível mencionados anteriormente, a Companhia apresenta outros 854 processos com valores individuais inferiores a R\$ 100 milhões, os quais totalizam R\$ 4.286.187 com valor médio unitário de R\$ 5.019.

(c) Comentários relevantes sobre os processos trabalhistas

A Companhia tem aproximadamente 4.052 processos trabalhistas, com exposição total no montante R\$ 1.054.695, movidos por ex-empregados, terceiros e sindicatos, cujos pleitos consistem em sua maioria em pagamentos de adicionais por insalubridade e periculosidade, horas extras, horas *in itinere*, indenizações por danos materiais e morais, pagamento de diferenças de expurgos inflacionários sobre multa de 40% do FGTS, pagamento de verbas rescisórias à empregados de empresas terceirizadas.

(d) Comentários relevantes sobre os processos civis com probabilidade de perda possível

A Companhia possui processo cível, ajuizado em junho de 2012, Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, objetivando, em sede liminar, que fosse determinado à Companhia que se abstenha de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso e causar danos às rodovias federais, ao meio ambiente e à ordem econômica. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 1.983.288. A Companhia apresentou recurso à decisão liminar que a impedia de trafegar em rodovias federais com suposto excesso de peso, no que obteve êxito, bem como apresentou defesa com relação aos demais pontos pleiteados na ação. O processo encontra-se concluso e aguarda-se sentença.

Além do processo cível com probabilidade de perda possível mencionados anteriormente, a Companhia apresenta outros 606 processos, os quais totalizam R\$ 527.332 com valor médio unitário de R\$ 870. Esses processos consistem em sua maioria em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Companhia, ressarcimento de recursos financeiros movidas contra produtores rurais inadimplentes e ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Companhia. A Companhia tem apólice de seguro - responsabilidade civil geral que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível.

(e) Depósitos judiciais (consolidado)

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2018 R\$ 169.008 (R\$ 161.694 em 31 de dezembro de 2017) depositados judicialmente em processos classificados pelos assessores jurídicos externos como de perda remota ou possível, portanto, sem respectiva provisão para contingências. Os processos referem-se à ações relacionadas a PIS, COFINS, IRPJ e a questionamentos relativos às contribuições destinadas ao INSS, dentre outros de menor valor.

### 26. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL (REFIS) - LEI 11.941/09

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e, em 2011, efetuou a consolidação dos débitos, cumprindo de fato todas as formalidades previstas na legislação. O valor relativo ao REFIS da Lei 11.941/09, contabilizado atualmente, está totalmente vinculado a depósitos judiciais e totaliza R\$ 141.629 em 31 de dezembro de 2018.

### 27. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade. Essas obrigações surgem a partir do direito de uso do ativo, que causa degradação ambiental, do objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada, dando outras destinações e uso para o local impactado.

A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. Esta obrigação futura será reconhecida no resultado, uma parte, via depreciação durante toda a vida útil do ativo que a originou e, outra parte, pela reversão do ajuste a valor presente mais a atualização do passivo pela inflação. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente, pela taxa real de juros e atualizadas periodicamente pelo índice de inflação.

Em 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 761 (R\$ 533 em 2017) como despesas financeiras relativas ao ajuste da provisão para desmobilização de ativos.

O saldo da provisão para desmobilização de ativos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 15.812 (R\$ 15.051 em 2017) e está registrado na rubrica "Demais contas a pagar" no passivo não circulante.

### 28. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Contratos na modalidade de *Take or Pay*

A Companhia firmou contratos de longo prazo na modalidade *Take or Pay* com fornecedores de celulose, transporte, óleo diesel, produtos químicos e gás natural por um período médio de 6 anos. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia compra o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em 31 de dezembro de 2018. As obrigações contratuais assumidas em 31 de dezembro de 2018 representam R\$ 1.051.725 por ano (R\$ 1.326.090 em 31 de dezembro de 2017).

### 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 150 milhões de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, preço e quantidade de emissão.

O capital social votante em 31 de dezembro de 2018, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 553.733.881 ações ordinárias sem valor nominal (553.934.646 em 2017).

(b) Dividendos

O estatuto da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária.

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	3.051.905	1.085.265
Constituição de reserva legal 5%	(152.596)	(54.263)
Base de cálculo dos dividendos	2.899.309	1.031.002
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%)</b>	<b>724.827</b>	<b>257.750</b>

No dia 3 de dezembro de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 2.783.319 a serem pagos contra a reserva para investimentos, equivalentes a R\$ 5,03 por ação de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria. O pagamento foi realizado em 12 de dezembro de 2018.

(c) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída de acordo com a Lei 6.404/64, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva para investimento, que corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal, visa principalmente atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas, aprovados pelos Conselhos Fiscal e de Administração.

(d) Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria pela Companhia, correspondentes a 200.765 ações ordinárias (equivalentes a R\$ 6.171), em razão do cumprimento de todas as condições suspensivas para a combinação de negócios e bases acionárias da Companhia e da Suzano.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de R\$ 1.619.200 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.608.867 em 31 de dezembro de 2017) refere-se, substancialmente, aos efeitos da avaliação ao valor justo da participação anterior da Votorantim Celulose e Papel S.A. ("VCP") na Aracruz, na data da combinação de negócio ocorrido em 2009.

(f) Opções de compra de ações

As opções de compra de ações que foram concedidas ao diretor-presidente, diretores e gerentes gerais da Companhia, relativas aos Programas 2014 e 2015 foram integralmente exercidas durante o ano de 2018. As opções de compra de ações relativas ao Programa de 2016 foram canceladas e revertidas, conforme mencionado na Nota 31 (ii), de forma que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldo na Reserva de Capital relativo aos programas de opção de compra de ações.

### 30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Programa de remuneração variável

A Companhia e suas controladas dispõem de um programa de remuneração variável para seus funcionários, vinculada ao seu plano de ação e ao alcance de objetivos específicos de acordo com a geração de caixa, os quais são estabelecidos e acordados no começo de cada ano. O montante registrado como despesa no exercício encerrado em 2018 é de R\$ 292.585 (R\$ 79.765 em 31 de dezembro de 2017).

(b) Plano de previdência privada de contribuição definida

Em 2000, a Companhia aderiu à Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), entidade de previdência complementar sem fins lucrativos, que atende a empregados de empresas do Grupo Votorantim. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições da Companhia à FUNSEJEM acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 0,5% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício encerrado em 2018 totalizaram R\$ 12.840 (R\$ 11.449 em 31 de dezembro de 2017) reconhecidos na rubrica "Benefícios a empregados".

(c) Plano de assistência médica aos aposentados

A Companhia firmou um acordo com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegurando o custeio de assistência médica (SEPAÇO) de forma permanente para os seus funcionários abrangidos nesse acordo, para os seus dependentes, até que estes completem a maioria, e para os seus cônjuges, de forma vitalícia.

A política da Companhia define que o custo do benefício será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Companhia e a data em que o empregado atinge a elegibilidade ao recebimento do benefício de assistência médica. O montante registrado no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 como despesa foi de R\$ 6.406 (R\$ 8.512 em 31 de dezembro de 2017).

	Premissas atuariais	
	2018	2017
Taxa de desconto real - %	4,92	5,39
Taxa real de crescimento nominal dos custos médicos - %	3,25	3,25
Taxa de aumento de utilização da assistência médica - %	3,25	3,25
Inflação de longo prazo - %	4,0	4,4
Tábu biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábu biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

A sensibilidade do saldo da obrigação de plano de assistência médica às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto real	0,50%	Redução de 5,7%	Aumento de 6,2%
Taxa de tendência dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,5%	Redução de 5,9%
Mortalidade	1 ano	Aumento de 1,3%	Redução de 1,4%

As análises de sensibilidade acima baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas.

A posição do passivo atuarial, reconhecido na rubrica "Demais contas a pagar" na data de encerramento dos balanços era a seguinte:

	2018	2017
Reconciliação do passivo		
Valor presente das obrigações atuariais	134.757	136.340
Custo do serviço corrente		
Juros sobre as obrigações atuariais e outros	13.863	15.527
Benefícios pagos	(7.456)	(7.015)
Ganho (perdas) atuariais reconhecidos em "Outros resultados abrangentes"	6.713	(10.095)
<b>Saldo das obrigações atuariais</b>	<b>147.877</b>	<b>134.757</b>

(d) Composição dos gastos com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários, encargos e benefícios (i)	876.336	444.437	1.024.743	677.455
Fundo de garantia e indenizações de rescisão	49.575	29.748	55.180	44.176
Custos previdenciários (INSS)	42.382	7.606	58.116	24.057
Outros benefícios	47.961	28.731	51.898	42.925
<b>1.016.254</b>	<b>510.522</b>	<b>1.189.937</b>	<b>788.513</b>	

(i) O aumento no valor de 2018 refere-se ao efeito do reconhecimento das antecipações dos programas de remuneração variável pagos aos executivos da Companhia, em função da operação de reorganização societária envolvendo a Companhia e a Suzano.

### 31. PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

(i) *Phantom Share Plan*

O programa baseava-se na concessão de uma premiação financeira, baseada na valorização futura da Companhia no longo prazo, referenciada pela variação da cotação da ação em bolsa de valores. O plano não previa negociação efetiva (compra e venda das ações). Eram elegíveis ao plano o diretor-presidente, diretores estatutários e não estatutários e gerentes gerais da Companhia, conforme seleção realizada pelo Conselho de Administração.

A cada outorga, o executivo elegível recebia uma quantidade de *Phantom Shares* definida com base na avaliação do Conselho de Administração acerca da geração de valor percebida pela companhia ao longo do período. Ao final do período, caso o beneficiário tenha atendido às condições previstas no *Phantom Share Plan*, incluindo o prazo de maturidade de 5 anos, ele tinha direito ao recebimento de remuneração ordinária (atrelada a 50% do total de *Phantom Shares* outorgadas), e, se for o caso, remuneração complementar (atrelada aos demais 50% do total de *Phantom Shares* outorgadas). A remuneração ordinária equivalia ao valor atrelado às ações de referência atribuídas ao beneficiário e a que ele fez jus na data de liquidação. Já a remuneração complementar equivalia ao valor atrelado às ações de referência complementares, sendo que o valor era determinado de acordo com o desempenho da valorização da ação da Companhia com base nos valores em reais das FIBR3 na B3.

O plano tinha duração original prevista de 10 anos e vale destacar que a outorga do direito sobre valorização de ações estava sujeita ao limite anual, expresso em ações referência abrangidas pelo direito sobre valorização, equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do capital social da Companhia no momento da outorga e, em qualquer caso durante a vigência do plano, ao limite global equivalente a 1% (um por cento) do capital social da Companhia no momento de cada outorga de direitos sobre valorização de ações. Para fins de verificação dos limites acima mencionados era atribuído um valor individual por ação de referência correspondente à média ponderada dos valores de fechamento das negociações com ações da Companhia nos pregões da B3 dos meses de setembro, outubro e novembro do exercício social imediatamente anterior ao exercício de outorga.

O valor de liquidação dos planos era calculado pelo preço médio de fechamento das ações FIBR3 nos meses de setembro, outubro e novembro antecedentes ao fim do período de maturação.

Em razão da reorganização societária da Companhia com a Suzano, os programas abaixo que haviam sido outorgados aos executivos da Companhia com prazo de exercício entre 2021 e 2022 foram antecipados, com a liquidação em dinheiro no início de janeiro de 2019, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 64.473.

	Programas			
	Data da outorga	Direito ao exercício	Opções outorgadas	
2017	02/01/2017	02/01/2021	261.434	
2018	02/01/2018	02/01/2022	205.206	

(ii) Plano de outorga de ações

O programa consistia no plano de outorga de opção de compra de ações, e eram elegíveis o diretor-presidente, diretores estatutários e não estatutários e gerentes gerais da Companhia.

O plano era administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelecia anualmente os programas de outorga e era responsável por definir: (i) os beneficiários às opções de compra de ações, (ii) o número total de opções de cada outorga, e o número de cada tipo de opção que cada beneficiário faria jus individualmente, (iii) as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de beneficiários e determinação do número de opções que seriam outorgadas a cada beneficiário, e (iv) a forma e prazo de pagamento do preço de exercício das opções.

O preço de exercício das opções de compra de ações foi calculado pelo preço médio das ações FIBR3, de acordo com o volume negociado nos três meses anteriores à data da outorga.

Premissas e cálculo do valor justo das opções outorgadas

O valor justo de cada opção outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação de opções Black&Scholes. As principais premissas utilizadas no modelo foram:

	Outorgas				Expectativa de:				
	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício	Valor justo das opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Prazo de maturidade		
2014	01/01/2014	349.091	23,03	10,59	36,27%	12,26% a.a.	3 anos		
2015	01/01/2015	338.749	23,73	13,99	33,03%	12,43% a.a.	3 anos		
2016	01/01/2016	204.292	48,36	26,52	31,69%	15,63% a.a.	3 anos		

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentadas a seguir:

	2018		2017	
	Preço médio de exercício por opção de ação	Quantidade de opções	Preço médio de exercício por opção de ação	Quantidade de opções
No início do exercício	30,09	734.192	30,64	892.132
Opções exercidas (i)	21,25	(550.257)	23,10	(141.110)
Opções canceladas (ii)	42,87	(183.935)	23,73	(16.890)
<b>No final do exercício</b>			<b>30,09</b>	<b>734.192</b>

(i) Durante o ano de 2018, os Programas de 2014 e 2015 foram integralmente exercidos pelos executivos da Companhia.

(ii) O Programa de 2016 foi cancelado pela Companhia e o valor apurado e devido aos executivos foi liquidado em caixa no início de janeiro de 2019, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 6.771.

Em 2018, houve uma despesa de opção de compra de ação totalizando R\$ 1.467 (R\$ 3.090 em 2017), contabilizada no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", com a correspondente provisão na rubrica "Reserva de Capital". Além disso, em dezembro de 2018, a Companhia reverteu o montante de R\$ 4.606 devido ao cancelamento das opções do Programa de 2016.

### 32. RECEITA

(a) Reconciliação das receitas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	11.660.483	5.184.251	23.433.458	15.177.881
Impostos sobre as vendas	(390.696)	(96.541)	(402.906)	(267.075)
Abatimentos (*)			(4.766.066)	(3.171.653)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>11.269.787</b>	<b>5.087.710</b>	<b>18.264.486</b>	<b>11.739.153</b>

(\*) Refere-se substancialmente a descontos comerciais.

(b) Informações sobre mercados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita líquida				
Mercado externo	9.631.314	4.788.684	16.530.227	10.621.066
Mercado interno	1.638.473	299.026	1.637.098	1.025.783
Serviços			97.161	92.304
<b>11.269.787</b>	<b>5.087.710</b>	<b>18.264.486</b>	<b>11.739.153</b>	

(c) Informações sobre áreas geográficas

	Consolidado	
	2018	2017
Europa	6.005.333	3.701.121
América do Norte	3.140.877	2.357.164
Ásia	7.384.621	4.562.781
Brasil e outros	1.733.655	1.118.087
<b>18.264.486</b>	<b>11.739.153</b>	

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br

UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018

MEMBER OF  
Dow Jones  
Sustainability Indices  
In Collaboration with RobecoSAM

FBR  
INDEX  
NYSE

FTSE4Good

Índice de  
Sustentabilidade  
Empresarial  
ISE

Índice  
MERCADO  
NOVO  
MERCADO  
BRASILEIRO

Índice  
Cultura  
Eficiente  
ICO2

abrasc  
compañia associada

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i).....	(1.362.135)	(1.004.985)	(1.127.567)	(966.598)
Amortização de custos de captação.....	(50.552)	(21.929)	(98.643)	(60.617)
Outras despesas financeiras.....	(128.909)	(91.799)	(213.457)	(135.402)
	<u>(1.541.596)</u>	<u>(1.118.713)</u>	<u>(1.439.667)</u>	<u>(1.162.617)</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras.....	253.558	222.174	309.763	342.418
Outras receitas financeiras (ii).....	50.474	65.668	55.648	77.011
	<u>304.032</u>	<u>287.842</u>	<u>365.411</u>	<u>419.429</u>
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos				
Receitas.....	1.115.066	878.024	1.115.066	892.932
Despesas.....	<u>(1.202.159)</u>	<u>(646.604)</u>	<u>(1.202.159)</u>	<u>(655.371)</u>
	<u>(87.093)</u>	<u>231.420</u>	<u>(87.093)</u>	<u>237.561</u>
Variações cambiais				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos.....	(1.966.179)	(151.312)	(1.885.686)	(232.960)
Variações cambiais - outros ativos e passivos (iii).....	115.492	(79.003)	141.182	(44.098)
	<u>(1.850.687)</u>	<u>(230.315)</u>	<u>(1.744.504)</u>	<u>(277.058)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.175.344)</b>	<b>(829.766)</b>	<b>(2.905.853)</b>	<b>(782.685)</b>

(i) Não inclui o montante de R\$ 9.370 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2018, referente juros capitalizados (R\$ 1.755 e R\$ 139.645 na controladora e no consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Inclui a atualização monetária dos créditos fiscais.

(iii) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

#### 34. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos				
Depreciação, exaustão e amortização.....	(2.565.602)	(1.382.179)	(2.583.475)	(2.178.166)
Fretes.....	(1.249.059)	(358.231)	(1.512.821)	(1.080.550)
Benefícios a empregados.....	(620.205)	(360.499)	(707.659)	(578.600)
Custos variáveis (matérias-primas e materiais de consumo).....	<u>(4.122.774)</u>	<u>(2.368.955)</u>	<u>(5.100.482)</u>	<u>(4.411.100)</u>
	<u>(8.557.640)</u>	<u>(4.469.864)</u>	<u>(9.904.437)</u>	<u>(8.248.416)</u>
Despesas com vendas				
Benefícios a empregados.....	(13.295)	(9.977)	(36.773)	(26.917)
Despesas de comercialização (i).....	(447.704)	(125.749)	(719.135)	(481.077)
Arrendamentos operacionais.....	(323)	(168)	(3.356)	(2.678)
Depreciações e amortizações.....	(28.641)	(4.307)	(31.182)	(11.732)
Outros.....	<u>(8.090)</u>	<u>(4.709)</u>	<u>(22.322)</u>	<u>(24.828)</u>
	<u>(498.053)</u>	<u>(144.910)</u>	<u>(812.768)</u>	<u>(547.232)</u>
Despesas administrativas				
Benefícios a empregados.....	(107.759)	(82.405)	(137.431)	(111.771)
Serviços de terceiros.....	(146.535)	(81.786)	(166.759)	(104.433)
Depreciações e amortizações.....	(15.695)	(10.016)	(22.016)	(15.099)
Doações e patrocínios.....	(10.524)	(6.882)	(11.814)	(8.568)
Impostos, taxas e contribuições.....	(8.853)	(5.327)	(10.581)	(6.962)
Arrendamento operacional e seguros.....	(9.116)	(8.636)	(11.103)	(10.581)
Outras.....	<u>(27.059)</u>	<u>(21.576)</u>	<u>(32.399)</u>	<u>(28.293)</u>
	<u>(325.541)</u>	<u>(216.628)</u>	<u>(392.103)</u>	<u>(285.707)</u>
Outras receitas e despesas operacionais				
Participação no resultado aos funcionários.....	(259.470)	(57.641)	(292.550)	(71.225)
Ganho na alienação de investimento - Projeto Losango.....	10.403	61.648	61.648	61.648
Amortização de mais valia de ativos.....	(10.403)	(11.295)		
Varição do valor justo dos ativos biológicos (Nota 18).....	10.908	(272.062)	26.778	(326.349)
Créditos fiscais.....		3.098		4.742
Perda na alienação de imobilizado.....	(106.173)	(21.556)	(108.435)	(35.782)
Provisão/(reversão) de provisão para contingência.....	(40.184)	24.232	(43.451)	29.052
Outros.....	<u>(18.486)</u>	<u>(17.856)</u>	<u>(16.722)</u>	<u>(1.799)</u>
	<u>(423.808)</u>	<u>(291.432)</u>	<u>(434.380)</u>	<u>(339.713)</u>

(i) Contemplam gastos com manuseios de mercadorias, despesas de terminais, comissões e outros.

#### 35. COBERTURA DE SEGUROS

A Fibria mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de R\$ 6.957.280. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$ 25 milhões, correspondentes a R\$ 96,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

A Fibria não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Companhia não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**WALTER SCHALKA**  
Presidente do Conselho

**PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO**

**VINICIUS NONINO**

**ALEXANDRE CHUERI**  
**AIRES GALHARDO**  
**CARLOS ANIBAL**  
**MARIA LUIZA DE OLIVEIRA**

**MARCELO FERIOZZI BACCI** - Diretor de Relações com Investidores

Arvelino Cassaro - Contador - CRC: 1ES007400/O-4 S SP

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Fibria Celulose S.A.

##### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Fibria Celulose S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Fibria Celulose S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fibria Celulose S.A. e da Fibria Celulose S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

##### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

##### Porque é um PAA

##### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

##### Valor justo do ativo biológico

(Notas 2.14, 3(d) e 18)

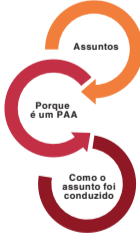
Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de crescimento médio anual das florestas, preço líquido médio de venda, área de efetivo plantio e taxa de desconto. Essa é uma área de foco de nossa auditoria, considerando a relevância do saldo e a subjetividade de algumas premissas. Tais aspectos levam a um maior risco inerente e a necessidade de julgamentos significativos da administração que podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício da Companhia e do Consolidado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo.

Avaliamos a coerência geral lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado, bem como sua consistência em relação ao exercício anterior.

Para as principais premissas, efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração, assim como levamos em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que os dados e premissas utilizados e a metodologia de avaliação dos ativos biológicos estão consistentes com as práticas de mercado e em relação ao exercício anterior, assim como estão consistentes com as divulgações feitas nas notas explicativas.



#### DIRETORIA

##### Porque é um PAA

##### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

##### Redução ao valor recuperável de intangíveis de

##### vida útil indefinida - Ágio (Notas 2.11(a), 3(g), 20 e 37(a))

A Companhia tem registrado em seu ativo intangível (Controladora e Consolidado), ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Aracruz Celulose S.A. ocorrida em 2009, o qual foi alocado à unidade geradora de caixa denominada Aracruz. Em 31 de dezembro de 2018, o valor do ágio é de R\$ 4.230.450 mil. De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, a Companhia deve realizar anualmente teste de recuperabilidade para ativos intangíveis de vida útil indefinida, que inclui os saldos de ágio por rentabilidade futura.

O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura tem sua recuperação baseada em projeções que incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na realização das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

##### Contingências (Notas 2.20, 3(f) e 25)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões e processos judiciais, com provisões para perdas nos casos em que as expectativas de perdas são consideradas prováveis. Além desses casos, a Companhia e suas controladas possuem discussões e ações em andamento em diferentes estágios, com perspectivas para perda avaliadas como possíveis ou remotas pela administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos.

A determinação da perspectiva de êxito ou perda nos processos e temas contingenciais em andamento envolve julgamentos significativos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob o seu controle.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância desses saldos e divulgações, bem como pelo fato de que mudanças no andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode gerar impactos nos resultados das operações e posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo, assim como o critério utilizado para a definição das unidades geradoras de caixa.

Avaliamos a coerência geral lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado, bem como sua consistência em relação ao exercício anterior.

Para as principais premissas, como o preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Envolvermos nossos especialistas da área de avaliação de empresas, que nos apoiaram na análise da taxa de desconto. Adicionalmente, efetuamos uma avaliação retrospectiva de projeções passadas como forma de avaliar a assertividade da administração no processo de elaboração de projeções.

Também, avaliamos a razoabilidade do valor recuperável calculado com os valores divulgados no mercado em transação de combinação de negócios envolvendo a Companhia (Nota 1).

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que os dados e premissas utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado, bem como que as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos externos que patrocinam as causas da Companhia e de suas controladas para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, a totalidade das informações e o valor correto das provisões e divulgações. Envolvermos nossos especialistas para discutir a razoabilidade das estimativas em relação ao desfecho de determinados processos, considerando a evolução dos assuntos nas diversas esferas e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Efetuamos ainda, quando julgado necessário, testes detalhados para corroborar as informações obtidas pela administração e pelos assessores jurídicos na avaliação dos riscos envolvidos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para a determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e documentos obtidos.

continua →

# FIBRIA CELULOSE S.A.

CNPJ nº 60.643.228/0001-21

www.suzano.com.br



UMA FLORESTA DE OPORTUNIDADES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2018



### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

#### Ênfase

##### Combinação de negócios

Chamamos atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que em 3 de janeiro de 2019, em razão da operação de combinação de negócios entre a Companhia e a Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano"), a totalidade das ações da Companhia foi adquirida pela Suzano, sendo esta considerada a data efetiva de transferência do controle da Companhia. No dia 4 de janeiro de 2019, a negociação das ações da Companhia foi suspensa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

##### Outros assuntos

##### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de janeiro de 2018, sem ressalvas.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 21 de fevereiro de 2019

José Vital Pessoa Monteiro Filho  
Contador CRC 1PE016700/O-0